

**AÇÕES DE GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA O APRIMORAMENTO  
DA POLÍTICA NACIONAL DE TURISMO**

# PARQUES TEMÁTICOS

(APÊNDICE E)

**MARÇO, 2014**



## **EQUIPE**

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC**

#### **Departamento de Engenharia do Conhecimento - DEGC**

Prof. Dr. Fernando Alvaro O. Gauthier

Prof. Dr. Gregório Jean Varvakis Rados

Prof. Dr. José Leomar Todesco

Prof. Dr. Neri dos Santos

Prof. Dr. Paulo Maurício Selig

Prof. Dr. Roberto Carlos dos Santos Pacheco

#### **Departamento de Engenharia de Produção - DEPS**

Prof. Dr. Maurício Uriona Maldonado

### **UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR**

#### **Departamento de Turismo - DETUR**

Prof. Dr. Alexandre Augusto Biz

Prof. Dr. José Manoel Gonçalves Gândara

Prof. Dra. Márcia Shizue Massukado Nakatani

Prof. Dr. Vander Valduga

### **CONSULTORES**

Celso Eduardo Flores Lino

Carlos Augusto Guimarães Baião

Luis Henrique Gevaerd

Luiz Carlos Fonseca Lisboa da Costa

Rafael Dall'Agnol

### **ESPECIALISTA**

Associados SINDEPAT

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: CICLOS ACELERADORES E LIMITANTES DE CRESCIMENTO DO TURISMO EM PARQUES TEMÁTICOS. ....	21
FIGURA 2: ACELERADORES DIRETOS DE CRESCIMENTO DO TURISMO (R1 E R2) .....	22
FIGURA 3: CICLOS ACELERADORES INDIRETOS DE CRESCIMENTO DO TURISMO (R3 E R4).....	24
FIGURA 4: CICLOS LIMITANTES DE CRESCIMENTO (B1 E B2).....	25
FIGURA 5: CICLOS LIMITANTES DE CRESCIMENTO (B3 E B4).....	26
FIGURA 6: CICLOS LIMITANTES DE CRESCIMENTO (B5) .....	27
FIGURA 7: CICLOS LIMITANTES DE CRESCIMENTO (B6 E B7).....	28
FIGURA 8: CICLOS LIMITANTES DE CRESCIMENTO (B8 E B9).....	29
FIGURA 9: CICLOS LIMITANTES DE CRESCIMENTO (B10, B11, B12 E B13).....	30
FIGURA 10: CICLOS LIMITANTES DE CRESCIMENTO (B14 E B15).....	31
FIGURA 11: CICLOS ACELERADORES DE CRESCIMENTO (R5, R6, R7 E R8)....	32
FIGURA 12: CICLOS ACELERADORES DE CRESCIMENTO (R9, R10, R11 E R12). .....	33
FIGURA 13: CICLOS DE CRESCIMENTO PROPOSTOS (R13, R14 E B16). ....	34
FIGURA 14: EQUAÇÃO INTEGRAL GENÉRICA .....	42
FIGURA 15: RELAÇÕES LINEARES UNIVARIADAS, MULTIVARIADAS E NÃO LINEARES.....	43
FIGURA 16: EXEMPLO DE NOTAÇÃO CLD PARA UM MODELO DE DS .....	44
FIGURA 17: COMPORTAMENTO DO SISTEMA COM BASE EM DIFERENTES VALORES DE ATRASOS .....	46
FIGURA 18: NOTAÇÃO UTILIZADA PARA REPRESENTAR ESTOQUES E FLUXOS EM MODELOS DE DS .....	47
FIGURA 19: EXEMPLO DE UM MODELO DE DS REPRESENTADO NA NOTAÇÃO DE ESTOQUES E FLUXOS.....	47
FIGURA 20: CICLOS DE CRESCIMENTO PROPOSTOS (R13, R14 E B16) .....	49
FIGURA 21: MODELO DINÂMICO COMPLETO .....	51
FIGURA 9: ESTRUTURA DE ATRAÇÃO DE TURISTAS .....	51
FIGURA 23: CONSUMO TURÍSTICO E EFEITO LINKAGE .....	52

FIGURA 24: CONSUMO TURÍSTICO, INVESTIMENTO TURÍSTICO E GASTOS DO GOVERNO NO TURISMO .....	53
FIGURA 25: INVESTIMENTOS TURÍSTICOS E GASTOS DO GOVERNO NO TURISMO EM INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS .....	53
FIGURA 26: EFEITO 'LINKAGE' E A RELAÇÃO COM A BELEZA NATURAL E A ATRATIVIDADE .....	54
FIGURA 27: EFEITO 'LINKAGE' E A RELAÇÃO COM INFRAESTRUTURA E A ATRATIVIDADE .....	55
FIGURA 28: RELAÇÃO DA ATRATIVIDADE COM O NÚMERO DE VISITAÇÕES .....	55
FIGURA 29: ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE – VARIÁVEIS SELECIONADAS 1 ...	56
FIGURA 30: ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE – VARIÁVEIS SELECIONADAS 2 ...	57
FIGURA 31: INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO TURISMO – AQUIRAZ (CE).....	57
FIGURA 32: COMPARATIVO DE VISITAÇÕES REAIS E SIMULADAS .....	59
FIGURA 33: PARTICIPAÇÃO DO PIB TURISMO NO PIB TOTAL (%) .....	59
FIGURA 34: NÚMERO DE EMPREGOS GERADOS PELA ATIVIDADE TURÍSTICA .....	60
FIGURA 35: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO .....	60
FIGURA 36: ESCALA DE INVESTIMENTOS – CENÁRIOS 01 E 02.....	61
FIGURA 37: NÚMERO DE TURISTAS (VISITAÇÕES) – CENÁRIOS 01 E 02.....	62
FIGURA 38: PIB TURISMO COMO % DO PIB TOTAL DA CIDADE DE .....	62
FIGURA 39: EMPREGOS GERADOS – CENÁRIOS 01 E 02 .....	63
FIGURA 40: IDH – CENÁRIOS 01 E 02.....	63
FIGURA 41: ESCALA DE INVESTIMENTOS – CENÁRIOS 01, 02 E 03.....	64
FIGURA 42: NÚMERO DE TURISTAS (VISITAÇÕES) – CENÁRIOS 01, 02 E 03...	64
FIGURA 43: PIB TURISMO COMO % DO PIB TOTAL DA CIDADE DE .....	65
FIGURA 44: EMPREGOS GERADOS – CENÁRIOS 01, 02 E 03 .....	66
FIGURA 45: IDH – CENÁRIOS 01, 02 E 03.....	66
FIGURA 46: ARCABOUÇO JURÍDICO TRADUZIDO EM UM CONJUNTO DE ATRIBUTOS.....	69
FIGURA 47: PIRÂMIDE DE KELSEN .....	71

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: PARQUES TEMÁTICOS ASSOCIADOS AO SINDEPAT .....	16
QUADRO 2: ATRATIVOS TURÍSTICOS ASSOCIADOS AO SINDEPAT .....	17
QUADRO 3: LEGISLAÇÃO PARQUES TEMÁTICOS.....	74
QUADRO 4: INTERFACE DA AÇÃO COM OS ATRIBUTOS DENTRO DO ARCABOUÇO .....	77
QUADRO 5: INTERFACE DA AÇÃO COM OS ATRIBUTOS DENTRO DO ARCABOUÇO .....	79
QUADRO 6: INTERFACE DA AÇÃO COM OS ATRIBUTOS DENTRO DO ARCABOUÇO .....	81

## SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS .....	3
LISTA DE QUADROS .....	5
1. INTRODUÇÃO .....	8
2. CONTEXTUALIZAÇÃO .....	9
3. JUSTIFICATIVA .....	15
4. MODELO DE ACELERADORES E LIMITANTES DO TURISMO EM PARQUES TEMÁTICOS .....	19
4.1 MODELO ATUAL .....	21
4.1.2 Ciclos aceleradores indiretos de crescimento das visitas (R3 e R4) .....	24
4.1.3 Ciclos limitantes de crescimento: poluição (B1, B2, B3, B4 e B5) .....	25
4.1.4 Ciclos limitantes de crescimento: população e emprego (B6, B7, B8 e B9) .....	27
4.1.5 Ciclos limitantes do crescimento: recursos naturais (B10, B11, B12, B13, B14 e B15).....	30
4.1.6 Ciclos aceleradores de crescimento: condição econômica dos residentes (R5, R6, R7, R8, R9, R10, R11 e R12) .....	32
4.2 MODELO PROPOSTO.....	34
5. OBJETIVOS .....	36
5.1 OBJETIVO GERAL .....	36
5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	36
6. AÇÕES.....	37
6.1 CURTO PRAZO (2014): PARQUES TEMÁTICOS.....	37
6.1.1 Objetivo .....	37
6.2 MÉDIO PRAZO (2016): PARQUES TEMÁTICOS PARA AMÉRICA LATINA .....	38
6.2.1 Objetivo .....	38
6.3 LONGO PRAZO (2022): PARQUES TEMÁTICOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS INOVADORES PARA O MUNDO .....	40
6.3.1 Objetivo .....	40
Consolidar no País 10 (dez) Parques Temáticos de qualidade internacional. ....	41
7. MODELAGEM DE SISTEMAS DINÂMICOS.....	42
7.1 LAÇOS DE REALIMENTAÇÃO.....	43
7.1.1 Atrasos e demoras .....	45
7.1.2 Estoques e fluxos de sistemas dinâmicos .....	46

7.1.3 limitações da dinâmica de sistemas .....	48
7.2 ACELERADORES E LIMITANTES DO TURISMO EM PARQUES TEMÁTICOS .....	49
7.3. O TURISMO EM PARQUES TEMÁTICOS COMO SISTEMA DINÂMICO.....	50
7.4 SIMULAÇÕES NO MODELO DINÂMICO .....	56
7.4.1 Antecedentes e informações coletadas.....	56
7.4.2 Cenários e simulações realizadas.....	58
8. PARQUES TEMÁTICOS – TUTELA JURIDICA.....	68
8.1 PARQUES TEMÁTICOS E O METODO DE IDENTIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DIRECIONAMENTO LEGISLATIVO .....	69
8.1.1 Curto prazo (2014): parques temáticos .....	76
8.1.2 Médio prazo (2016): parques temáticos para américa latina.....	78
8.1.3 Longo prazo (2022): parques temáticos e atrativos turísticos inovadores para o mundo .....	80
8.2 DIRECIONAMENTO LEGISLATIVO-LEI GERAL DO TURISMO.....	82
8.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS TUTELA JURÍDICA .....	84
REFERÊNCIAS.....	86

## 1. INTRODUÇÃO

O presente documento apresenta a agenda estratégica para o desenvolvimento turístico dos Parques Temáticos. Trata-se de um documento de referência para orientar as ações a serem implementadas, visando propor políticas e estratégias para o desenvolvimento dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos.

A elaboração deste documento de referência foi baseado no documento “Arcabouço e Diretrizes Estratégicas para o Turismo Brasileiro” e nas análises dos relatórios das discussões realizadas desde o final de 2012, envolvendo o Grupo de Trabalho do Conselho Nacional do Turismo (CNT), técnicos do Ministério do Turismo (MTur), técnicos do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), consultores e especialistas do segmento, e por pesquisadores do Departamento de Engenharia do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina (DEGC/UFSC) e do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Paraná (DETUR/UFPR).



## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO

Parques temáticos são empreendimentos de animação turística inspirados em algo histórico, cultural, etnográfico, lúdico ou ambiental que engrandecem a oferta de uma região. Existem parques que se desenvolvem em torno de algum tema ou conceito, enquanto outros são produtos da imaginação e criatividade dos seus autores. Têm como objetivo a ocupação dos tempos livres não só de turistas como de todos os visitantes. Também envolvem uma cadeia alargada de serviços e os mais importantes promovem lazer e entretenimento para todas as faixas etárias, com oferta gastronômica, hoteleira, comercial, espaços para eventos, apresentações artísticas, espetáculos, entre outros. As experiências interativas que conjugam entretenimento e aprendizado são citadas como uma tendência para os parques temáticos. Aqui, aponta-se para o uso intensivo da tecnologia na maximização das emoções e de sentimentos como euforia e excitação.

A Disneylândia, inaugurada dia 17 de junho de 1955, na Califórnia (EUA), com ingressos a U\$ 5,00, foi criada para ser um parque de diversões de vanguarda, com atrações fora do comum e extremamente emocionantes. “Será um lugar onde as pessoas encontrarão felicidade e conhecimento. Será um lugar no qual os pais e os filhos partilharão momentos agradáveis, um lugar onde mestres e alunos descobrirão os caminhos abertos da compreensão e da educação. As gerações dos mais velhos poderão reencontrar a nostalgia dos dias passados, e os mais novos poderão saborear os desafios do futuro, existirá para todos a possibilidade de compreender as maravilhas da natureza e da humanidade” (LANQUAR, 1992). Completa Bob Thomas (1969), usando as palavras de Disney: “A Disneylândia não foi projetada apenas para crianças – e quando uma pessoa deixa de ser criança? Eu acredito que o entretenimento apropriado pode agradar a qualquer pessoa, jovem ou idosa...quero que a Disneylândia seja um lugar onde adultos possam trazer seus filhos ou virem sozinhos e assim mesmo divertirem-se bastante”.

A Disneylândia, utilizando como tema as histórias do próprio Walt Disney, foi um sucesso fabuloso, também conferido pelo fato de oferecer opções de alimentação e compras dentro do parque. A Disneylândia marca o início de uma nova era no que diz respeito ao turismo mundial, a era dos parques temáticos.

A ideia de Disney de organizar áreas de diversão, com shows tematizados, iniciou uma nova era na indústria do entretenimento massificado ao ar livre. A Disneylândia se converteu na antítese dos parques de diversões antigos quanto a qualidade, atmosfera, limpeza e segurança (MILMAN, 2010; ASHTON, 1999).

O parque temático é um conceito que se baseia num tema específico, ilustrado por personagem(s), localizado(s) geralmente em áreas extensas que permitam uma ampla abordagem do tema escolhido, instalação de brinquedos de alta tecnologia e de uma boa infraestrutura para atividades complementares. Trata-se de um local cercado, o que contribui para a segurança de seus frequentadores, para cujo acesso cobra-se uma tarifa de entrada. Destina-se ao divertimento, entretenimento, contemplação, educação, alimentação (já que passamos muitas horas no local) e compras, utilizado em tempo de lazer, de descanso e de ócio. Trata-se de um espaço lúdico onde jogos, brinquedos e descontração convidam ao divertimento. É planejado de modo que o público permaneça por longo período desfrutando das várias opções e com a certeza e o desejo de repetir a visita.

Quanto à arquitetura, o estilo mais aceito para projetos de parques temáticos tenha sido o pós-moderno, caracterizado por certa liberdade formal e por conter elementos facilmente aceitos e adaptáveis. Ao adotar um tema, o parque se apropria de sua simbologia e restringe-se a representá-la como forma de reviver ou retroceder no tempo e no espaço ou ainda buscar algo no futuro (matar parte da sua curiosidade em relação ao mesmo). É o que alguns autores chamam de “sociedade do espetáculo” em que as representações se aproximam mais de nossas expectativas em relação à realidade, dos signos que carregamos e que esperamos serem desencadeados. As compras, a arquitetura, a arte e a cultura, tudo faz parte desse espetáculo, interligando a cultura e o comércio, e é onde a imaginação não tem limites, pois aqui se explora a hiper-realidade (somente possível com a utilização da tecnologia), que é saboreada por turistas de todas as nacionalidades, buscando um objetivo comum: a diversão, o entretenimento, o ser criança (ASHTON, 1999).

Parques temáticos são um conceito relativamente novo de atrativos turísticos que buscam criar uma atmosfera fantasiosa de outro tempo e lugar, através de elementos visuais, assim como buscam trabalhar com os outros sentidos, como o tato e o olfato. São áreas de recreação com uma identidade temática, planejados

como um espaço fechado, que oferecem diversas formas de entretenimento, serviços de alimentação e comércio. Atualmente, os parques temáticos e suas atrações, hotéis, restaurantes e outros serviços turísticos, buscam refletir sua tematização através da arquitetura, da paisagem, das roupas dos artistas e do pessoal de serviço, nos shows, na alimentação, nos *souvenirs*, em todos os aspectos que impactam na experiência turística dos visitantes. Os parques temáticos geralmente contam com modernas tecnologias, edifícios espetaculares, apresentações e shows para entreter e divertir os visitantes, uma atmosfera festiva e, para tanto, necessitam altos investimentos, qualidade de produtos e serviços, tecnologia, assim como uma gestão centralizada (MILMAN, 2010; ANTON CLAVE, 2007; MILLS, 1990).

Considerando que milhões de pessoas ao redor do mundo são atraídas por parques temáticos, hotéis temáticos, shopping centers temáticos, eventos temáticos, é importante compreender melhor o conceito de tematização. O sucesso do desenvolvimento de uma atração temática é a combinação de uma ideia ou história escrita ou contada de forma simples, um planejamento criativo, a análise da experiência por parte dos consumidores e a capacidade de financiamento. O folclore, a mitologia, as lendas, filmes, programas de televisão, são algumas das possibilidades de tematização, e, cabe destacar que a familiaridade do público com a temática é importante, mas não fundamental para a qualidade da experiência do visitante, desde que a história seja bem representada. O importante é que o valor do produto/serviço resida em produzir experiências memoráveis nos visitantes, interativas e trabalhando os sentidos e emoções. Dentro dessa perspectiva, os trabalhadores dos parques temáticos tem um papel fundamental (MILMAN, 2010; HENTHORN, 2006; PINE e GUILMORE, 1999)

Segundo estudo de Braun (2001) ao discutir e analisar em profundidade os impactos econômicos dos parques temáticos, os aspectos mais importantes e que merecem ser destacados foram:

- Sem dúvida o turismo gerado pelos parques temáticos incrementa a economia regional, particularmente no setor serviços. A entrada de dinheiro promove a melhoria da qualidade de vida, porém o excesso da atividade pode gerar externalidades negativas.
- Em uma perspectiva regional, os parques temáticos geram aglomeração da atividade turística, e desta forma produzem efeitos positivos no

desenvolvimento da atividade, principalmente com investimentos na própria região dos impostos arrecadados.

- Mesmo que muitos dos empregos diretos gerados pelos parques temáticos não sejam de alta qualidade, devido a melhoria da qualidade de vida na região, consequência de melhoria das infraestruturas, faz com que pessoas tenham interesse em viver na região, o que produz benefícios no tocante a empregos indiretos. Isto faz com que seja importante estabelecer uma proporção adequada entre tipos oportunidades de empregos, não permitindo uma concentração excessiva em empregos de baixa qualidade, fortemente sazonais e mal remunerados.
- É importante estabelecer legislação buscando maximizar os impactos positivos e minimizar os negativos, tanto nos aspectos econômicos quanto nos socioculturais e ambientais.

Tendo presente a importância da demanda internacional para o desenvolvimento dos parques temáticos, algumas das tendências importantes para o desenvolvimento desta atividade considerando a mesma como atrativo turístico foram:

- A tematização regional dos parques, ressaltando aspectos da cultura e tecnologia nacionais/regionais.
- A integração dos parques no contexto dos projetos urbanos da localidade, integrados com as infraestruturas e serviços urbanos para a comunidade local.
- A participação mais ativa dos visitantes nas atividades, incentivando a interação com o entorno e experiências mais completas e menos contemplativas.
- A utilização de simulação de experiências e realidade virtual para permitir ao visitante desfrutar experiências mais “realistas”, sem esquecer da importância de que o uso das tecnologias não acabe com a espontaneidade, a emoção e a interação.
- O desenvolvimento de atividades relacionadas à água, seja nas atrações em si, ou tendo a água como entorno e componente do atrativo.
- O planejamento de atividades que permitam ser realizadas com qualquer clima ou temperatura, permitindo ampliar a utilização dos atrativos e áreas de serviços tanto ao longo do dia quanto durante todo o ano.

Quando bem planejados e administrados, os parques temáticos podem se converter em importantes instrumentos de contato, interpretação e sensibilização dos turistas em relação à aspectos e valores locais, regionais e nacionais. Os parques temáticos podem ser uma mistura interessante entre oferta de atividades de lazer para a população local e regional e instrumento de atração de turistas, contribuindo para tanto o desenvolvimento socioeconômico quanto produzindo benefícios socioculturais (BRAUN, 2001).

Segundo estudo da *Themed Entertainment Association* – TEA/AECOM, no ano de 2012 houve um crescimento de 5,7% no número de faturamento dos parques temáticos no mundo e os 10 maiores grupos de parques temáticos do mundo receberam cerca de 357,8 milhões de visitantes em 2012, um acréscimo de 6,7% quando comparado com o ano de 2011 (TEA/AECOM, 2013). Os dez parques temáticos que mais recebem visitantes no mundo são: Magic Kingdom (Walt Disney World), em Lake Buena Vista (EUA), com 17,5 milhões de visitantes, Disneyland, em Anaheim (EUA), com 15,9 milhões, Tokyo Disneyland, em Toquio (JAP), com 14,8 milhões, Disneyland Park at Disneyland Paris, em Mame-La-Vallée (FRA), com 11,2 milhões, Epcot (Walt Disney World), em Lake Buena Vista (EUA), com 11 milhões, Disney's Animal Kingdom (Walt Disney World), em Lake Buena Vista (EUA), com 9,9 milhões, Disney's Hollywood Studios (Walt Disney World), em Lake Buena Vista (EUA), com 9,9 milhões, Universal Studios Japan, em Osaka (JAP), com 9,7 milhões e Islands of Adventure (Universal Orlando), em Orlando (EUA), com 7,9 milhões (TEA/AECOM, 2013).

Quando analisados os mercados por região, observa-se que os Top 20 parques temáticos da América do Norte, representado praticamente pelos Estados Unidos, receberam, em 2012, cerca de 131,6 milhões de visitantes (+3,6% em relação a 2011) e os Top 10 da América Latina tiveram 13,2 milhões de visitantes (+2,6% em relação a 2011). Dos Top 10 parques temáticos da América Latina três são brasileiros, sendo Hopi Hari, em Vinhedo (SP), com 1,628 milhões de visitantes em 2012 (2º no ranking), Beto Carrero World, em Penha (SC), com 1,5 milhões de visitantes (4º no ranking) e Beach Park, em Aquiraz (CE), com 843 mil visitantes (10º no ranking) (TEA/AECOM, 2013).

O mercado europeu sofreu poucas alterações entre 2011/2012 em relação ao número de visitantes, os Top 20 parques temáticos tiveram 58 milhões de visitantes em 2012, mantendo-se estático o crescimento devido à recessão econômica e ao

rigoroso inverno e as chuvas. O destaque está no Disneyland Park at Disneyland Paris, que recebeu 11,2 milhões de visitantes, um acréscimo de 1,9% em relação ao ano de 2011. Por fim, o mercado Asiático vem apresentando um dos maiores crescimentos, com +5,8% entre os anos de 2011/2012, somando 108,7 milhões de visitantes nos Top 20 parques temáticos. Os destaques estão nos três primeiros Parques Temáticos do ranking asiático, o Tokyo Disneyland, com 14,847 milhões de visitantes (+8,5% em relação a 2011), a Tokyo Disney Sea, com 12,656 milhões de visitantes (+8,5% em relação a 2011) e o Universal Studios Japan, com 9,7 milhões (+14,1% em relação a 2011) (TEA/AECOM, 2013).

### 3. JUSTIFICATIVA

Considerando o contexto global e a importância relativa dos parques temáticos brasileiros no contexto da América Latina, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) junto com o Sistema Integrado de Parques e Atrativos Turísticos (SINDEPAT) desenvolveram o “Catálogo Internacional de Parques Temáticos e Atrações Turísticas no Brasil”, com o objetivo de divulgar aos Operadores e Agentes de Turismo estrangeiros as opções de entretenimento e de facilitar a elaboração de produtos turísticos do segmento. Outro fator está relacionado aos impactos socioeconômicos que os parques temáticos podem gerar no seu entorno, impulsionando os prestadores de serviços (cadeia produtiva).

Os parques são uma oportunidade de induzir renda local e gerar impacto econômico e social positivo frente ao grande volume de pessoas que recebem e à diversidade de locais e temas culturais que podem ser explorados. Somente em 2012, os parques temáticos associados ao SINDEPAT receberam cerca de 2 milhões de visitantes e faturaram R\$ 1 bilhão, de cada emprego direto são gerados outros 11 e por fim, o crescimento dos parques temáticos no Brasil foi de 8% em 20 anos, enquanto nos Estados Unidos foi de 3% (G1.COM, 2013).

Ao analisar os impactos sociais e econômicos dos parques temáticos na sustentabilidade dos destinos é importante distinguir entre “parques destino” e “parques regionais”. Os primeiros são muito mais vulneráveis às flutuações econômicas por estarem localizados mais longe da origem dos fluxos de visitantes. De acordo com estudo da PricewaterhouseCoopers (PwC), a receita global dos parques temáticos deveria ter um crescimento anual estimado de 5% ao ano no período de 2008-2012, chegando a 30.7 bilhões de dólares em 2012. Enquanto o mercado dos parques de diversão nos Estados Unidos tem previsão de crescimento de 3.9% ao ano, se espera que a Europa, o Oriente Médio e outras regiões do mundo devam crescer a taxas muito mais altas.

Muitos destinos incentivam o desenvolvimento de parques devido aos organismos públicos perceberem estes como alternativas de lazer e recreação para a população local, além de considerarem os impactos dos parques na imagem do destino, no aumento do número de turistas e nos benefícios econômicos (MILMAN,

2010; Editorial, 2009; PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2009; PRICEWATERHOUSECOOPERS, 2007).

Os Parques Temáticos podem contribuir para a sustentabilidade dos destinos, gerando oportunidades de emprego para diversos segmentos do mercado de trabalho. Nos Estados Unidos, os parques de lazer geram aproximadamente 500,000 vagas ao longo do ano para empregos temporários. O incremento dos salários e o maior tempo livre aumentará a demanda por serviços de recreação e entretenimento, e, conseqüentemente, as oportunidades para trabalhar nesta área, cujos salários têm previsão de crescer cerca de 31% no período de 2006-2016, se comparado com a previsão de crescimento de 11% nas outras áreas. Nessa área existem oportunidades tanto para profissionais como para estudantes universitários e também para pessoas sem educação formal, que tenham as habilidades necessárias. Os horários diferenciados de abertura dos parques também oferecem oportunidades para pessoas com dificuldade em relação aos horários tradicionais (MILMAN, 2010; *US Bureau of Labor Statistics*, 2009; IAAPA, 2009a).

O SINDEPAT em parceria com o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) lançou o Catálogo Internacional de Parques Temáticos e Atrações Turísticas para a promoção dos seus associados no exterior, e desenvolve planos de metas e discussões com os diversos setores do Governo Federal com o objetivo de fortalecer o setor e consecutivamente gerar mais empregos, divisas e consolidar atrativos turísticos. Tem como associados doze Parques Temáticos e oito Atrativos Turísticos. Os Parques Temáticos estão representados no quadro 1.

#### QUADRO 1: PARQUES TEMÁTICOS ASSOCIADOS AO SINDEPAT

Parques Temáticos		Nº Visitantes 2012	Aeroporto Mais Próximo	Cidade Indutora Mais Próxima
BEACH Aquiraz (CE)	PARK	843 mil	Fortaleza (CE)	Fortaleza (CE)
BETO CARREIRO Penha (SC)	WORLD	1,5 milhões	Navegantes (SC)	Baln. Camboriú (AC)
HOPI HARI (SP)	Vinhedo	1,628 milhões	Campinas (SP)	São Paulo (SP)
HOT PARK Quente (GO)	Rio	n/d	Goiânia (GO)	Caldas Novas (GO)
MA-NOA Maxaranguape (RN)	PARK	n/d	Natal (RN)	Maxaranguape (RN)
MAGIC CITY (SP)	Suzano	230 mil	São Paulo (SP)	São Paulo (SP)



continua

<b>Parques Temáticos</b>	<b>Nº Visitantes 2012</b>	<b>Aeroporto Mais Próximo</b>	<b>Cidade Indutora Mais Próxima</b>
MIRABILÂNDIA (PE)	Olinda	n/d	Recife (PE)
O MUNDO DA XUXA São Paulo (SP)		n/d	São Paulo (SP)
TERRA MÁGICA FLORYBAL Canela (RS)			Caxias do Sul (RS)
WET'N WILD (SP)	Itupeva	n/d	Campinas (SP)
PLAYCENTER <sup>1</sup> Paulo (SP)	São	n/d	São Paulo (SP)
PARQUE DA MÔNICA <sup>2</sup> SÃO PAULO (SP)		n/d	São Paulo (SP)

FONTE: SINDEPAT (2014)

Em relação aos Atrativos Turísticos associados apresenta-se no quadro 2.

## QUADRO 2: ATRATIVOS TURÍSTICOS ASSOCIADOS AO SINDEPAT

<b>Atrativo Turístico</b>	<b>Nº Visitantes 2012</b>	<b>Aeroporto Mais Próximo</b>	<b>Cidade Indutora Mais Próxima</b>
ALPEN PARK (RS)	Canela	n/d	Caxias do Sul (RS)
BONDINHO DO PÃO DE AÇUCAR de Janeiro (RJ)	Rio	n/d	Rio de Janeiro (RJ)
CASA DA OVELHA Bento Gonçalves (RS)		n/d	Bento Gonçalves (RS)
CATARAS DO IGUAÇU Foz do Iguaçu (PR)	1,5 milhões		Foz do Iguaçu (PR)
COMPLEXO TURÍSTICO ITAIPU Foz do Iguaçu (PR)	907 mil		Foz do Iguaçu (PR)
PARQUE UNIPRAIAS CAMBORIÚ. Balneário Camboriú (SC)	500 mil		Navegantes (SC)
TREM DO CORCOVADO Rio de Janeiro (RJ)		n/d	Rio de Janeiro (RJ)
VALE VERDE ALAMBIQUE E PARQUE ECOLÓGICO Betim (MG)		n/d	Belo Horizonte (MG)

FONTE: SINDEPAT (2014)

<sup>1</sup> Não está mais em operação.

<sup>2</sup> Não está mais em operação.

Contudo, o segmento apresenta desafios para se concretizar no País, principalmente no quesito de criação, instalação e manutenção dos parques, a tributação para importação de equipamentos, a necessidade de integração entre o parque e aos meios de transporte, o alto custo de energia elétrica e a dificuldade de se encontrar mão-de-obra qualificada. Especificamente sobre gestão de parques temáticos, devem ser considerados também o constante monitoramento dos requisitos de segurança, o foco em ações promocionais e no marketing criativo, a contratação e a qualificação de grande quantidade de colaboradores e a aplicação contínua de elementos inovadores nos atrativos e atividades dos parques (STEIN, 2009).

Entretanto, as oportunidades se configuram em relação à melhora da economia brasileira, que está promovendo uma mudança nas classes sociais com aumento das classes A e B<sup>3</sup> e, principalmente, da C, e diminuição das classes D e E, desenvolvimento socioeconômico das cidades do interior, ampliação dos voos regionais, facilitando o deslocamento dos turistas, entre outros.

---

<sup>3</sup> Segundo o Estudo Redefinindo a Classe Média Emergente do Brasil, elaborado pela consultoria *Boston Consulting Group* (BCG), o país ganhará 11 milhões de pessoas das classes A e B. Fonte: Revista Exame. Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1045/noticias/a-riqueza-que-brota-no-interior>. Acesso em: 1 de agosto de 2013.

#### 4. MODELO DE ACELERADORES E LIMITANTES DO TURISMO EM PARQUES TEMÁTICOS

O modelo representa de maneira conceitual as relações existentes entre as variáveis em análise. Essas relações são representadas na forma de ciclos (conjunto de relações fechadas entre mais de duas variáveis). Os ciclos, portanto, geram uma dinâmica de movimento que indica a direção para a qual o ciclo tende (essa tendência pode ser basicamente aceleradora do crescimento e limitante ou estabilizadora do crescimento).

Como o modelo contém vários ciclos aceleradores e vários ciclos limitantes, é a macro interação entre os diversos ciclos que gera a tendência global das variáveis de interesse ao longo do tempo, em outras palavras, o produto das diferentes forças aceleradoras e limitantes gera a supremacia de uma direção. Essa tendência global é utilizada para realizar a análise prospectiva.

Este relatório, portanto, tem o objetivo de apresentar o modelo conceitual dos ciclos de aceleração e limitantes do turismo em Parques Temáticos. Para isso, o relatório está dividido em três seções, 1ª) apresenta a introdução do trabalho bem como a notação utilizada; 2ª) apresenta o modelo atual, concebido a partir das relações entre os fatores em estudo e 3ª) apresenta o modelo proposto a partir das atividades de trabalho realizadas no Projeto “Ações de Gestão do Conhecimento para o Aprimoramento da Política Nacional de Turismo 2013 - 2022”.

Para isso, a notação utilizada nos modelos é explicada a seguir:

- Ciclos aceleradores: identificados pela letra R;
- Ciclos limitantes: identificados pela letra B;
- As setas representam a relação entre duas variáveis e o símbolo (+) ou (-) a polaridade dessa relação;
- Ou seja, uma seta com o símbolo (+) representa uma relação diretamente proporcional entre as duas variáveis: na medida em que uma cresce a outra também; da mesma forma, se uma decresce a outra também decrescerá. Por exemplo, a relação entre **número de turistas** e **receitas** da Figura 1 está representada com o símbolo (+), o que significa que, na medida em que incrementa-se o **número de turistas**, incrementam-se também as **receitas**,

por outro lado, se o número de turistas reduzir, a receitas geradas também irão reduzir.

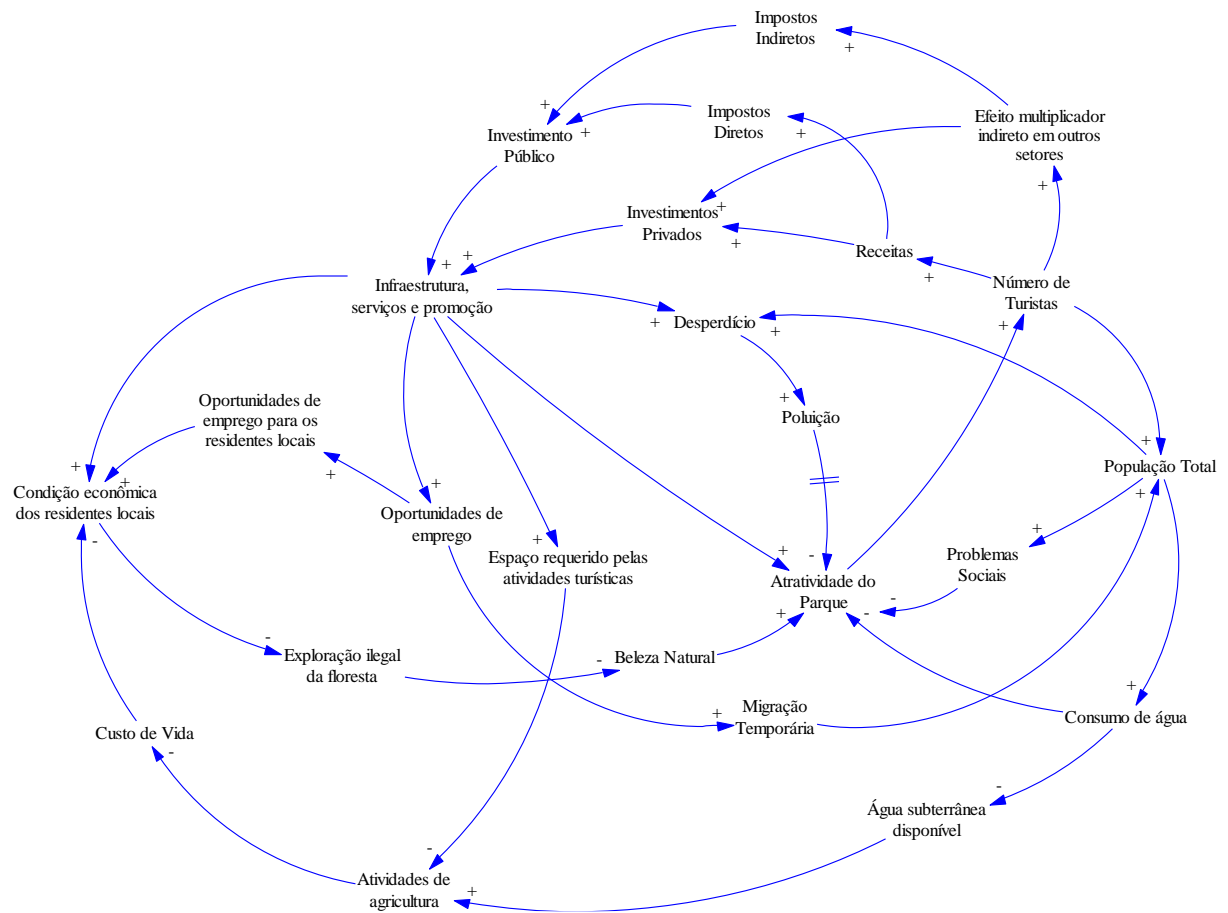
- A seta com o símbolo (-) representa uma relação inversamente proporcional, ou seja, na medida em que uma variável cresce, a outra decresce e, portanto, se uma decresce, a outra cresce. Por exemplo, a relação entre consumo de água e água subterrânea disponível está denotada com o símbolo (-), o que representa que um incremento no consumo de água reduz a quantidade de água subterrânea disponível, da mesma forma, uma redução no consumo de água representa um incremento na quantidade de água subterrânea disponível.

Este modelo conceitual será aplicado de forma prática em um dos Parques Temáticos associados ao SINDEPAT, a ser definido oportunamente, e os seus resultados serão debatidos na atividade 3 – Proposta de Ação.

### 4.1 MODELO ATUAL

A Figura 1 representa o modelo de aceleradores e limitantes do turismo em Parques Temáticos a partir da análise das relações entre fatores econômicos, sociais e ambientais.

**FIGURA 1: CICLOS ACELERADORES E LIMITANTES DE CRESCIMENTO DO TURISMO EM PARQUES TEMÁTICOS.**



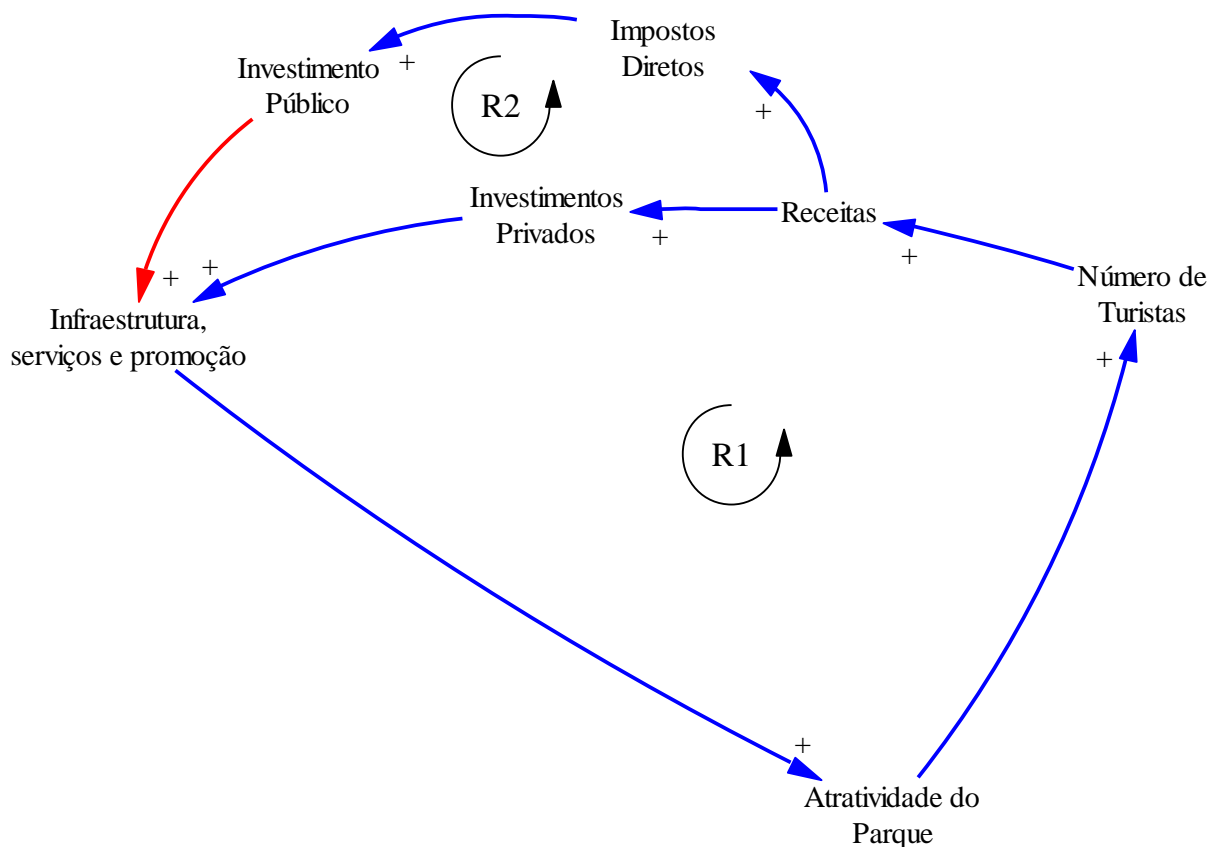
FONTE: MALDONADO (2014)

#### 4.1.1 Ciclos aceleradores diretos de crescimento das visitas (R1 e R2)

Os primeiros ciclos analisados são os ciclos de crescimento do turismo a partir do número de turistas (R1 e R2). O ciclo R1 relaciona os investimentos privados realizados em infraestrutura, serviços (hotelaria e alimentação) e atividades de

promoção (campanhas promocionais de incentivo à visitação dos parques) com a atratividade do parque e o número de turistas: quanto mais visitas (número de turistas), mais receitas geradas e, portanto, mais investimentos privados orientados a melhorar a infraestrutura, os serviços e as campanhas promocionais. Esses investimentos, logo, melhoram a atratividade do parque do ponto de vista do turista, o que leva a mais turistas a visitarem o parque, fechando o ciclo de crescimento R1 (FIGURA 2).

**FIGURA 2: ACELERADORES DIRETOS DE CRESCIMENTO DO TURISMO (R1 E R2)**



FONTE: MALDONADO (2014)

O ciclo R2 (grifado em vermelho) representa o investimento público, a partir da arrecadação de impostos diretos, em infraestrutura, serviços e promoção: quanto mais receitas geradas a partir da visitação do parque, mais impostos e, portanto, mais investimento público, melhorando a atratividade do parque no longo prazo.

Naturalmente, o mapa da Figura 2 é uma simplificação da realidade, na qual vários fatores foram agrupados nas variáveis apresentadas, são eles:

- O número de turistas, que representa o número total de visitas (incluindo turistas nacionais e estrangeiros);
- As receitas, que representam as receitas geradas por todos os produtos e serviços consumidos pelos turistas;
- Os investimentos, que representam os investimentos públicos e privados em infraestrutura e serviços;
- A variável infraestrutura, serviços e promoção, que se refere aos acessos (terrestre, fluvial e aéreo), aos serviços de hospedagem, alimentação e receptivo), aos produtos turísticos do parque e do entorno e à promoção, que representa todas as campanhas promocionais incentivadas por entidades privadas e públicas;
- A atratividade do parque, uma variável qualitativa que representa a decisão positiva do turista de visitar o Parque ao invés de visitar outros destinos turísticos.

A partir dos ciclos da Figura 2, é possível tirar algumas conclusões iniciais, por exemplo, uma infraestrutura interna precária, bem como uma oferta de produtos e serviços turísticos precários e de pouca qualidade, acabaria reduzindo a atratividade do parque, o que levaria a uma redução de visitas e, portanto, a uma geração de receita inferior e a investimentos em infraestrutura/serviços inferiores; da mesma forma, uma gestão de campanhas promocionais precária levaria também a uma baixa atratividade relativa do parque, acarretando nos mesmos fatores descritos anteriormente.

Para as variáveis de “Investimentos”, podemos concluir que a forma como serão realizados os investimentos em Infraestrutura/Serviços e Promoção deve ser discutida e analisada entre atores públicos e privados, ou seja, deve existir uma articulação entre os gestores dos parques e os atores do mercado turístico, uma integração dos parques na gestão pública municipal e estadual que possibilite os investimentos necessários, bem como um modelo de gestão estruturado para o parque.

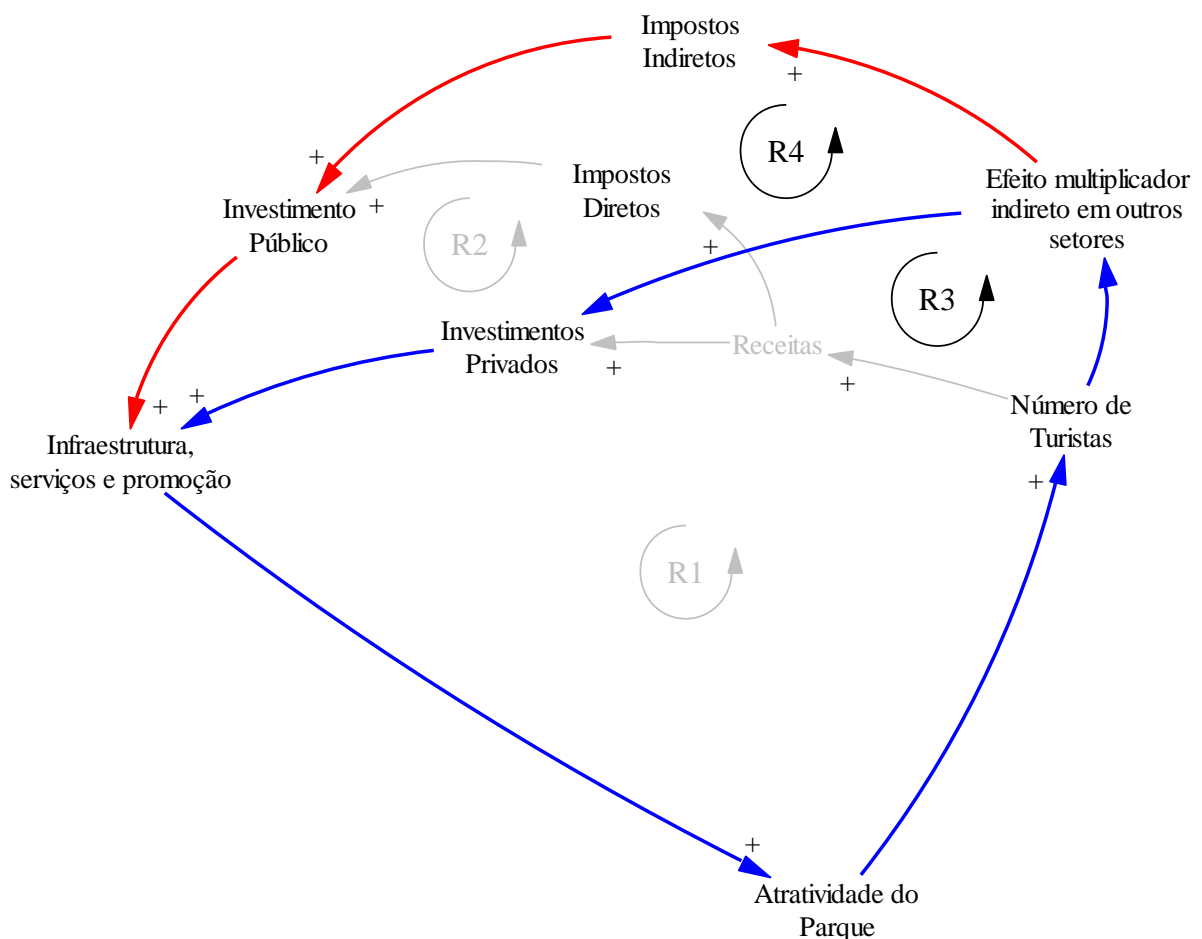
Do ponto de vista mais amplo, os ciclos aceleradores de crescimento do turismo alavancam melhores resultados econômicos para o setor privado turístico, para a população residente no entorno do destino e, no longo prazo, no PIB do Turismo, da Região de do País.

#### 4.1.2 Ciclos aceleradores indiretos de crescimento das visitas (R3 e R4)

A Figura 3 apresenta o efeito do turismo (visitações ao parque) em outras atividades do comércio e serviços do entorno do parque. Na medida em que se incrementa o número de turistas, outros setores obtêm benefícios econômicos, a partir do aumento do fluxo de pessoas na região onde está localizado o parque.

Esses benefícios servem de incentivos ao empreendimento e ao incremento dos investimentos privados (R3) bem como a um incremento de impostos indiretos e, portanto, a um incremento dos investimentos públicos (R4 – grifado em vermelho) em infraestrutura, serviços e promoção.

**FIGURA 3: CICLOS ACELERADORES INDIRETOS DE CRESCIMENTO DO TURISMO (R3 E R4).**



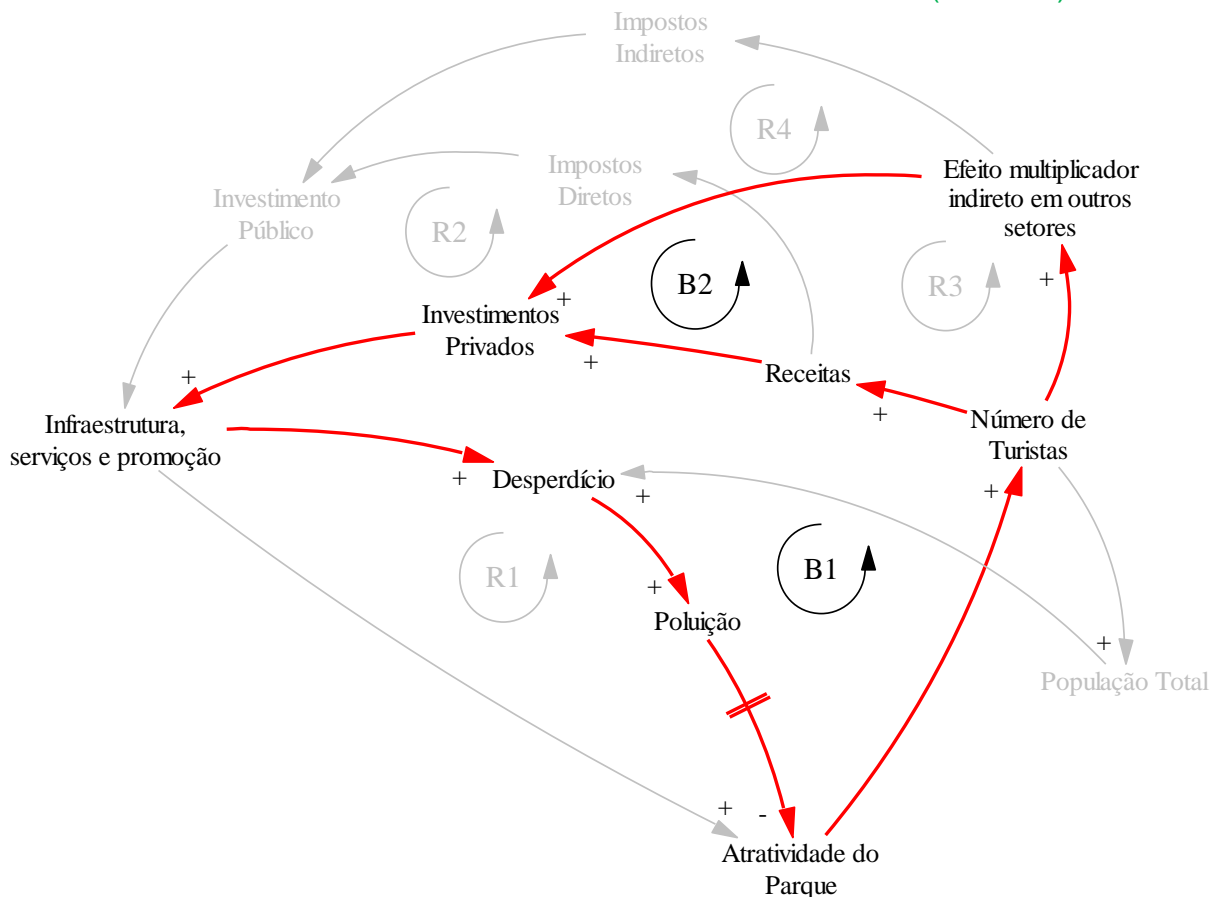
FONTE: MALDONADO (2014)



#### 4.1.3 Ciclos limitantes de crescimento: poluição (B1, B2, B3, B4 e B5)

A Figura 4 apresenta os ciclos limitantes B1 e B2, grifados em vermelho. O ciclo B1 relaciona os efeitos da Infraestrutura, Serviços e Promoção com o incremento de desperdício e da poluição que, no longo prazo, acabam reduzindo a atratividade do Parque e, portanto, reduzem os investimentos privados. Já o ciclo B2 relaciona o impacto negativo da Infraestrutura, dos Serviços e da Promoção na atratividade do parque devido ao incremento de desperdício e da poluição, a consequente redução de visitas e, portanto, o impacto negativo indireto em outros setores da economia, levando a uma redução dos investimentos privados.

FIGURA 4: CICLOS LIMITANTES DE CRESCIMENTO (B1 E B2).

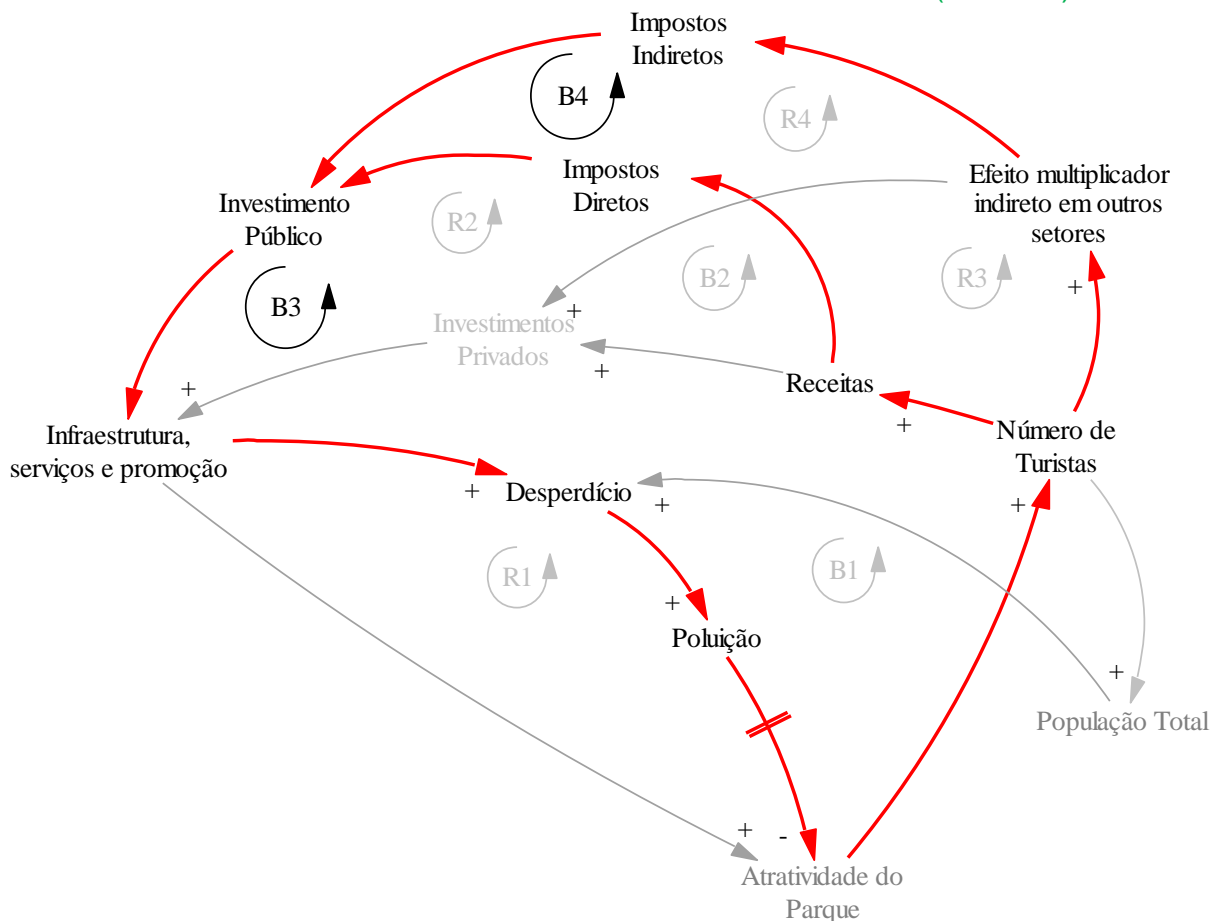


FONTE: MALDONADO (2014)

Contudo, os efeitos do manejo precário do parque, que levam a uma maior quantidade de desperdício e de poluição não afetam somente os investimento privados, senão também os públicos.

Os ciclos limitantes B3 e B4 da Figura 5 (grifados em vermelho) apresentam justamente esses efeitos. O ciclo B3 apresenta a redução de investimento público a partir da redução das receitas diretas e impostos arrecadados da atividade turística no parque, como fruto da redução da atratividade do mesmo pelo incremento de poluição e de desperdício. O ciclo B4 apresenta o efeito do incremento dos índices de desperdício e de poluição nos setores indiretamente ligados à atividade turística. Na medida em que esses índices crescem, a atratividade do parque diminui e, portanto, diminuem também as visitas, o que leva a um impacto negativo nos setores ligados indiretamente às atividades do parque, a uma menor arrecadação de impostos e, portanto, a uma redução dos investimentos públicos em melhorar a infraestrutura, os serviços e a promoção do parque.

**FIGURA 5: CICLOS LIMITANTES DE CRESCIMENTO (B3 E B4)**

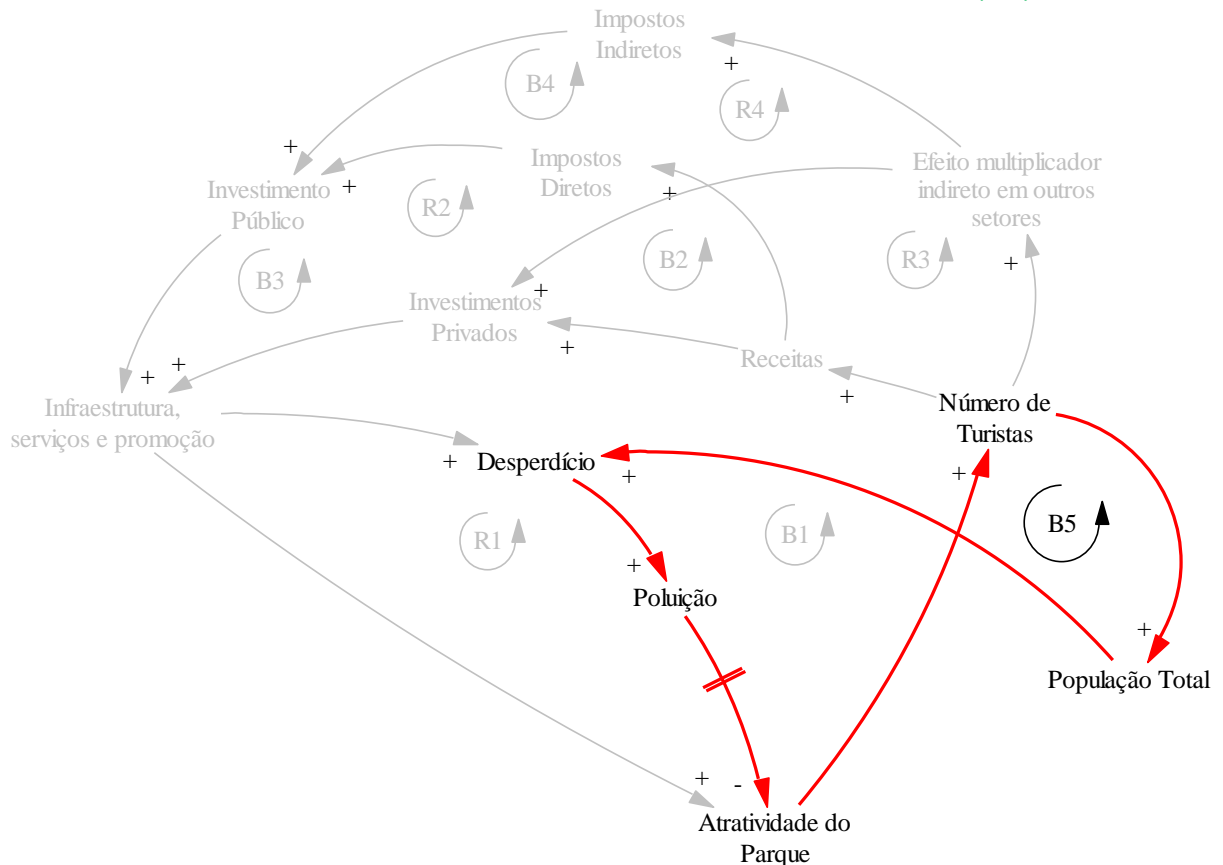


FONTE: MALDONADO (2014)

Por fim, o ciclo B5 da Figura 6 relaciona as atividades de consumo realizadas pelos turistas e pelos residentes locais (população total) com o desperdício gerado e a poluição, que acabam reduzindo a atratividade do parque. Ou seja, na medida em

que o parque e o entorno recebem mais visitantes, a quantidade de desperdício gerada diretamente pelas atividades rotineiras da população local se vê acrescentada, o que acaba provocando um efeito negativo na atratividade do parque no longo prazo.

**FIGURA 6: CICLOS LIMITANTES DE CRESCIMENTO (B5)**



FONTE: MALDONADO (2014)

Da mesma forma, como no caso dos ciclos de aceleradores de crescimento, os ciclos B1, B2, B3, B4 e B5 ajudam a tirar algumas conclusões iniciais. Por exemplo, o crescimento no número de turistas acaba afetando o total de pessoas que habita no entorno do parque, o que gera um efeito negativo (maior quantidade de desperdício). Uma segunda conclusão está relacionada com a melhoria da infraestrutura e com a maior oferta de produtos e serviços turísticos, os que geram, por sua vez, uma maior quantidade de desperdício no parque e no entorno, reduzindo a atratividade no longo prazo e limitando o crescimento das visitas e receitas. Portanto, a geração crescente de desperdício deve ser considerada como um fator crítico e levada em consideração na elaboração dos planos de sustentabilidade.

#### 4.1.4 Ciclos limitantes de crescimento: população e emprego (B6, B7, B8 e B9)

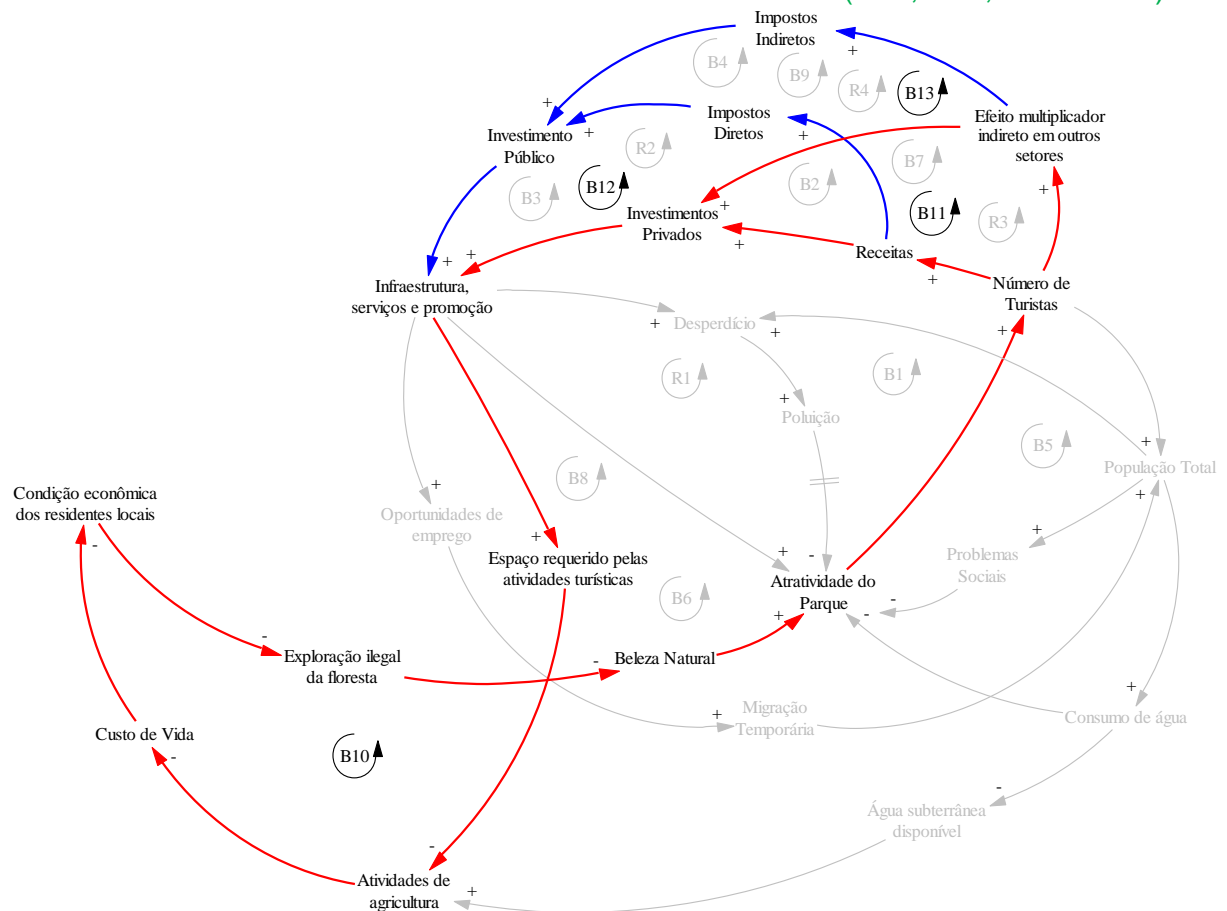




#### 4.1.5 Ciclos limitantes do crescimento: recursos naturais (B10, B11, B12, B13, B14 e B15)

Os ciclos desse subgrupo se referem ao uso de recursos naturais e sua relação com as atividades turísticas do parque. Especificamente, os ciclos B10 e B11 da Figura 9 (em vermelho) relacionam os investimentos privados em infraestrutura/serviços e promoção com a redução de terras para cultivo e a consequente piora das condições econômicas dos residentes do entorno. Isso os leva a dedicar-se a atividades como a exploração ilegal da floresta como meio de subsistência e, portanto, a uma futura redução da atratividade do parque. As atividades como a exploração ilegal da floresta podem ser produto tanto dos investimentos privados diretos (B10) como dos indiretos (B11).

FIGURA 9: CICLOS LIMITANTES DE CRESCIMENTO (B10, B11, B12 E B13).



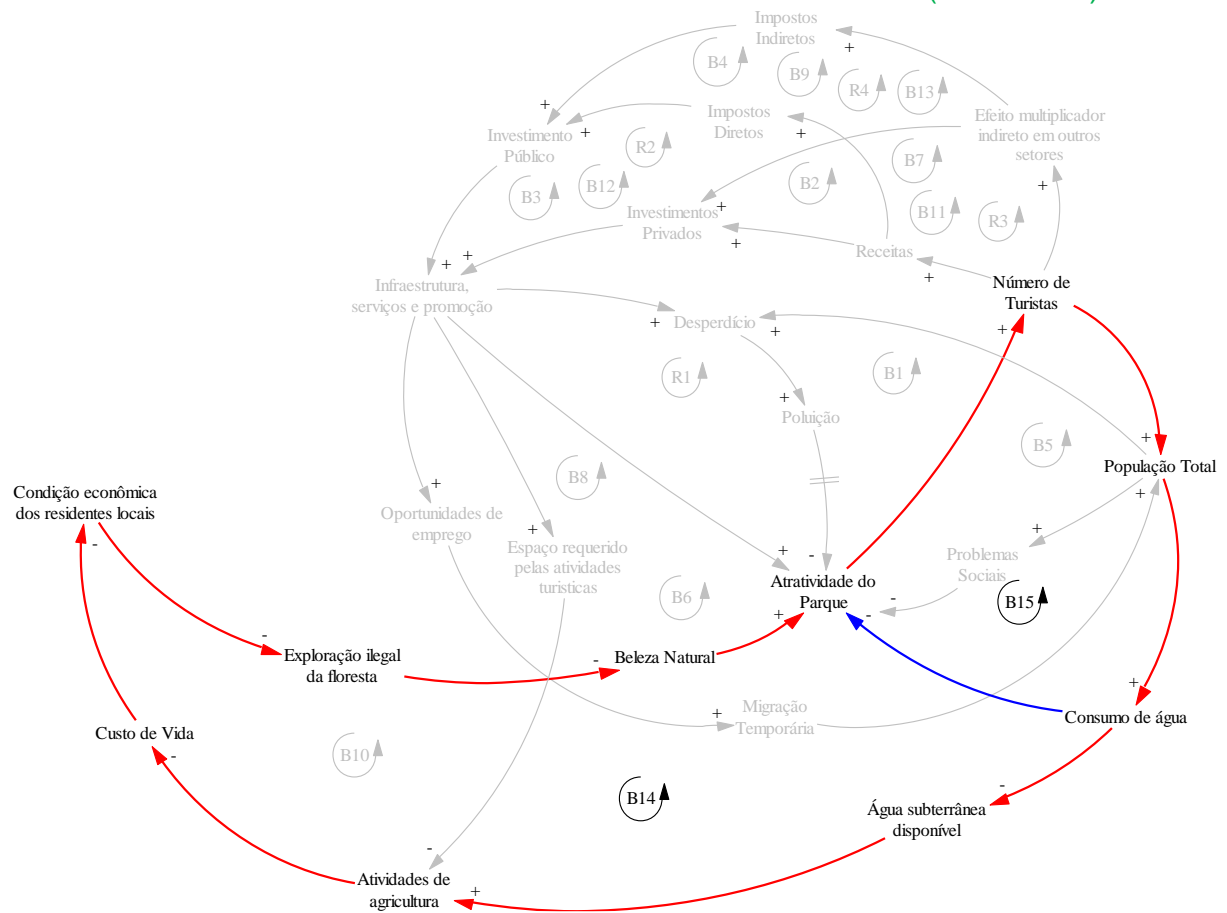
FONTE: MALDONADO (2014)

Já os ciclos B12 e B13 (grifados em azul) referem-se aos impactos produzidos pelos investimentos públicos. Da mesma forma que, no caso anterior, a crescente

infraestrutura do parque pode gerar problemas de espaço para atividades de agricultura, levando a população local a realizar atividades menos sustentáveis e que acabem impactando negativamente na atratividade do parque como um todo.

Por outro lado, o ciclo B14 (Figura 10) relaciona a redução das reservas de água subterrânea com o fator para a redução de atividade de agricultura realizada pelos residentes do entorno, uma piora na condição econômica das mesmas, forçando-os a realizar atividades alternativas à agricultura como a exploração ilegal da floresta, impactando negativamente na beleza natural e na atratividade do parque e reduzindo, finalmente, a quantidade de turistas dispostos a visitá-lo.

**FIGURA 10: CICLOS LIMITANTES DE CRESCIMENTO (B14 E B15).**



FONTE: MALDONADO (2014)

Por fim, o ciclo B15 (grifado em azul na Figura 10) relaciona o consumo de água com a atratividade do parque, considerando que um maior consumo, devido ao incremento da população, pode trazer problemas como falta de água, o que impacta diretamente na atratividade do parque e, portanto, nas visitas futuras de turistas.



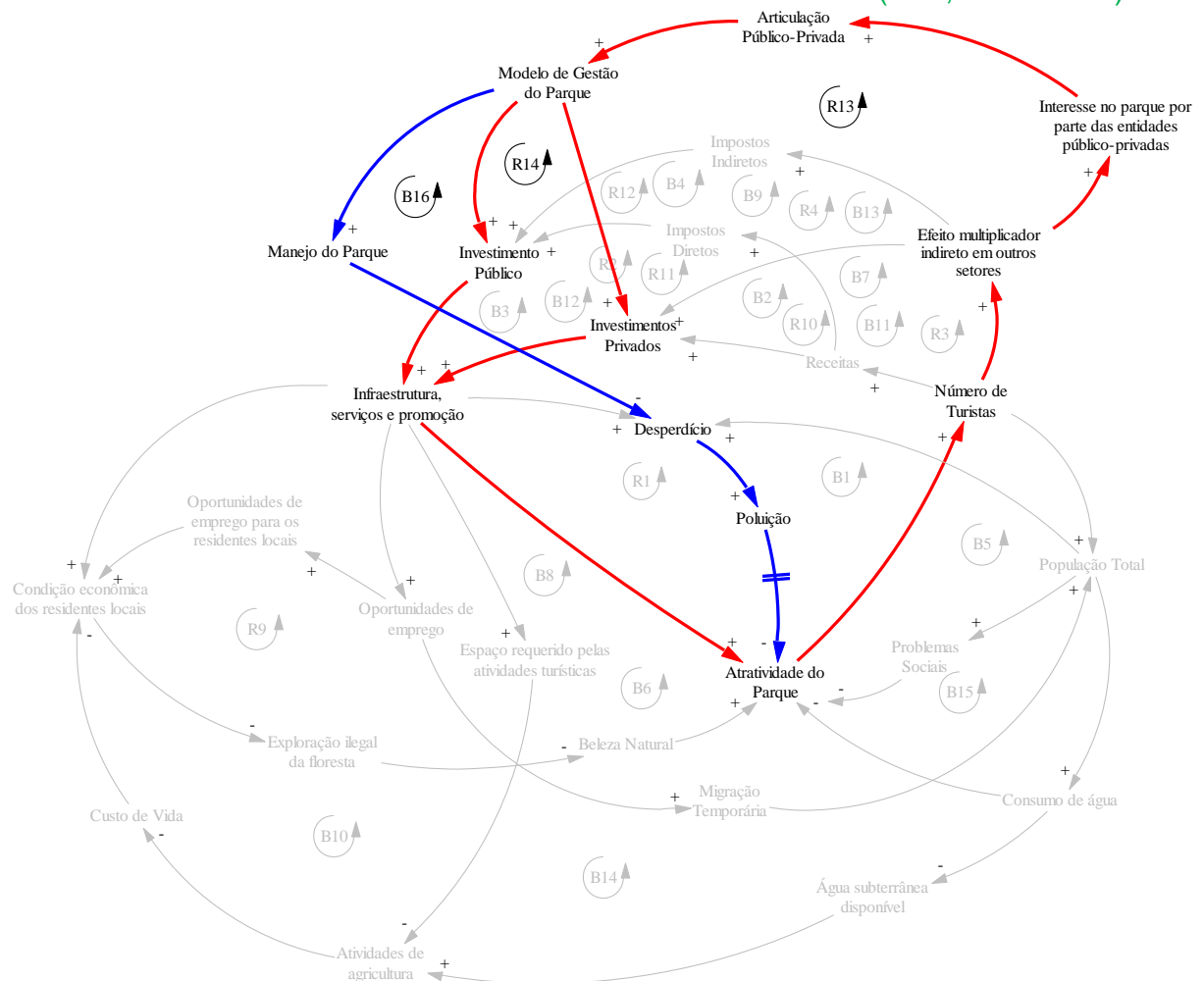




## 4.2 MODELO PROPOSTO

Como visto na seção anterior, existe uma supremacia de ciclos que limitam o crescimento das visitas no parque (representado pelo número de turistas). Com base na avaliação das principais carências propõe-se três ciclos que visam acelerar o crescimento das visitas (Figura 13): dois ciclos de crescimento (R13 e R14) e um ciclo limitante (B16), que age especificamente limitando o efeito negativo do desperdício e da poluição.

**FIGURA 13: CICLOS DE CRESCIMENTO PROPOSTOS (R13, R14 E B16).**



FONTE: MALDONADO (2014)

O ciclo B16 (grifado em azul na Figura 13) representa o efeito positivo da articulação público-privada na melhoria do modelo de gestão do entorno do parque, possibilitando um melhor manejo do mesmo e uma redução do desperdício e da

poluição. As atividades de articulação consideram acordos de cooperação interministerial entre o MTur, a EMBRATUR e o SINDEPAT.

Por outro lado, um melhor modelo de gestão contribui para um melhor uso dos investimentos em infraestrutura/serviços e promoção, como a execução e validação de ações que viabilizem a estruturação e a logística de recepção dos visitantes, bem como a criação de campanhas publicitárias bem estruturadas e alinhadas com as reais necessidades do parque (ciclos R13 e R14). Adicionalmente, o modelo de gestão do parque seria alimentado por estudos realizados por MTur, EMBRATUR, SEBRAE, FGV, SINDEPAT, dentre outros.

## 5. OBJETIVOS

### 5.1 OBJETIVO GERAL

Propor políticas e estratégias para o desenvolvimento de Parques Temáticos e Atrativos Turísticos.

### 5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Fortalecer as ações interministeriais para o desenvolvimento de uma agenda conjunta;
- Desenvolver estudos sobre a cadeia produtiva do segmento quanto aos aspectos legais e socioeconômicos;
- Construir um modelo de atração de investimentos para o desenvolvimento de Parques Temáticos e Atrativos Turísticos e seu entorno;
- Potencializar os negócios turísticos em Parques Temáticos e Atrativos Turísticos e seu entorno.

## 6. AÇÕES

Apresenta-se três conjuntos de ações a serem realizadas de curto, médio e longo prazo.

### 6.1 CURTO PRAZO (2014): PARQUES TEMÁTICOS

#### 6.1.1 Objetivo

Apoiar e promover as regiões turísticas contempladas no Catálogo Internacional de Parques Temáticos e Atrações Turísticas no Brasil desenvolvido pela EMBRATUR e o SINDEPAT.

Para o alcance do objetivo sugere-se as seguintes etapas, a saber:

- i. Consolidar uma agenda estratégica entre Ministério do Turismo (MTur), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Cultura (MinC), Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), entre outros órgãos Municipais, Regionais, Estaduais e Federais, objetivando o desenvolvimento e o fortalecimento dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos no País;
- ii. Promover e apoiar ações de *benchmarking* junto a outros Parques Temáticos e Atrativos Turísticos existentes em outros países;
- iii. Estimular parceria com agência de fomento (CNPq, FINEP, FAP, outros) para desenvolvimento de inovação tecnológica;
- iv. Avaliar os impactos socioeconômicos do turismo nos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos e seus entorno;
- v. Determinar dispositivos referentes à legislação Municipal, Estadual e Federal (processo de licenciamento ambiental, questões trabalhistas, investimentos público-privados, uso das áreas de entorno, entre outros) que afetam as

atividades turísticas dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos e seu entorno;

- vi. Melhorar a infraestrutura turística (sinalização), de promoção turística (informações, mapas, outros) e de acessos;
- vii. Formar e qualificar recursos humanos para atuarem direta e indiretamente na atividade dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos (PRONATEC Parques Temáticos);
- viii. Flexibilização da Lei de Trabalho específico para Parques Temáticos;
- ix. Inserir os Parques Temáticos nos materiais promocionais do MTur;
- x. Adequação do Vale Cultura para contemplar os Parques Temáticos;
- xi. Redução da alíquota de ICMS (CONFAZ) sobre importação de equipamentos para parques temáticos sem similar nacional;
- xii. Ampliar a desoneração aos Parques Temáticos (tributos, encargos, taxas de importação de tecnologia, energia elétrica) para o desenvolvimento do setor;
- xiii. Conceder linhas de incentivos e de crédito para modernização de equipamentos e inovação tecnológica via Bancos Oficiais.

### **Resultados Esperados**

Criar um programa nacional de incentivo e fomento a Parques Temáticos e Atrativos Turísticos nos mercados turísticos nacionais e internacionais.

### **Meta**

Desenvolver a cultura de visitação a Parques Temáticos pela sociedade brasileira, estimulando o turismo doméstico familiar.

## **6.2 MÉDIO PRAZO (2016): PARQUES TEMÁTICOS PARA AMÉRICA LATINA**

### **6.2.1 Objetivo**

Consolidar o Programa Nacional de Incentivos e Fomento para o fortalecimento dos Parques Temáticos nos mercados turísticos nacionais e internacionais.

Para o alcance do objetivo sugere-se as seguintes etapas, a saber:

- i. Criação de Zonas de Processamento de Exportações de Turismo com incentivos ao seu desenvolvimento dos Parques Temáticos e demais produtos turísticos;
- ii. Flexibilizar as leis trabalhistas (contratação de estrangeiros, contratação temporária para brasileiros) e constituir banco de horas entre as empresas do mesmo setor;
- iii. Consolidar os editais de apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico com as agências de fomento (CNPq, FINEP, FAP, outros);
- iv. Incentivar a construção de Parques Temáticos e Atrativos Turísticos Regionais;
- v. Melhorar a infraestrutura de acesso para os Parques Temáticos e Atrativos Turísticos;
- vi. Sistematizar a coleta de informações relativas aos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos, sua cadeia de valor e o desenvolvimento socioeconômico de seu entorno no Brasil e nos principais destinos turísticos mundiais desse setor;
- vii. Consolidar a política de formação e qualificação de recursos humanos para atuarem direta e indiretamente na atividade;
- viii. Conceber um Observatório de Parques Temáticos e Atrativos Turísticos (linhas de pesquisa de Parques Temáticos em cursos de Pós-Graduação em Turismo e áreas afins, e de disciplinas em cursos técnicos, tecnólogos e superiores em turismo e áreas afins; sistematizar e compartilhar a coleta de dados e informações, metodologias de análise e avaliação, e as melhores práticas e experiências no Brasil e nos principais destinos turísticos do mundo).

### **Resultados Esperados**

Ampliação dos investimentos dos Parques Temáticos na inovação dos atrativos promovendo a geração de empregos diretos e indiretos (desenvolvimento do entorno dos Parques Temáticos).

### **Meta**

Consolidar os roteiros integrados entre Parques Temáticos e Atrativos Turísticos como produtos de promoção internacional.

### 6.3 LONGO PRAZO (2022): PARQUES TEMÁTICOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS INOVADORES PARA O MUNDO

#### 6.3.1 Objetivo

Implementar modelo de desenvolvimento de Parques Temáticos e Atrativos Turísticos que sejam mundialmente competitivos.

Para o alcance do objetivo sugere-se as seguintes etapas, a saber:

- i. Ampliar linhas de créditos e de financiamento para modernização dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos;
- ii. Implementar plataforma de negócios em turismo em Parques Temáticos e Atrativos Turísticos (investimentos hoteleiros, gastronomia, entretenimento, entre outras atividades);
- iii. Ampliar linhas de crédito e de financiamento para Micro Empreendedores Individuais - MEI, e Pequenas e Microempresas – PME que atuem no entorno dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos;
- iv. Agenda de promoção conjunta entre MTur, EMBRATUR, SINDEPAT e *players* nacionais e internacionais;
- v. Consolidar Observatório de Gestão do Conhecimento, Pesquisa e Formação de Recursos Humanos em Parques Temáticos e Atrativos Turísticos;
- vi. Formular um *Master Plan* de desenvolvimento da infraestrutura (geral e de serviços turísticos), modelos de gestão e de investimentos, análise dos concorrentes diretos e indiretos, análise dos produtos possíveis substitutos, e estudo do comportamento do consumidor turístico.

#### Resultados Esperados

Expansão dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos no País.



**Meta**

Consolidar no País 10 (dez) Parques Temáticos de qualidade internacional.

## 7. MODELAGEM DE SISTEMAS DINÂMICOS

Este relatório apresenta os resultados de avaliação prospectiva da atividade do turismo no destino “Aquiraz (CE)” para 2022. Para isso, apresentam-se inicialmente os fundamentos e a metodologia de prospecção escolhida. Na sequência, expõe-se a modelagem de mapas mentais que ajudou a identificar as principais variáveis de interesse do estudo bem como as principais relações entre essas variáveis. E, por fim, apresenta-se o resultado de três diferentes grupos de simulações, nas quais se salienta o impacto nas variáveis socioeconômicas: Produto Interno Bruto (PIB), geração de emprego e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A diversidade de problemas que a gestão e a formulação de políticas enfrentam, exige dos gestores respostas rápidas e sistêmicas. Contudo, as soluções propostas nem sempre obtêm os resultados desejados devido à quantidade de relações e de atores que geralmente compõem sistemas altamente complexos e inter-relacionados.

Nesse contexto, Sterman (2000) sustenta que nesse tipo de sistemas existem estruturas de realimentação ou *feedback* que reagem aos estímulos ou às intervenções externas, produzindo comportamentos que – no caso de não serem conhecidos ou identificados – aparentam ser imprevistos, porém, que se devem ao efeito do *feedback*.

Jay W. Forrester foi o primeiro pesquisador que se preocupou com as estruturas de realimentação em sistemas dinâmicos. Ele desenvolveu um método que ajuda a identificá-las e a fomentar aquelas que são benéficas ao sistema, e a eliminar o efeito daquelas estruturas contraproducentes (FORRESTER, 1958, 1971).

A explicitação dessas estruturas é feita com base num tipo de modelagem que tem a capacidade de abstrair os elementos e as relações mais importantes que as formam, conhecida como Dinâmica de Sistemas (DS). Assim, a DS pode ser definida como um método que possibilita modelar a estrutura e a dinâmica de sistemas complexos, com base na utilização de simulações por computador, com o objetivo de formular políticas mais efetivas (STERMAN, 2000). As simulações produzidas pelos modelos de DS são o resultado da resolução numérica de sistemas de equações diferenciais que são representados formalmente como:

**FIGURA 14: EQUAÇÃO INTEGRAL GENÉRICA**

$$s(t) = \int_{t_0}^t \left[ \sum_{i=1}^i F_i(s) - \sum_{j=1}^j F_j(s) \right] ds + s(t_0)$$

Onde:

$s(t)$  = Estoque no tempo  $t$

$\sum_{i=1}^i F_i(s)$  = Somatório dos  $i$  fluxos de entrada

$\sum_{j=1}^j F_j(s)$  = Somatório dos  $j$  fluxos de saída

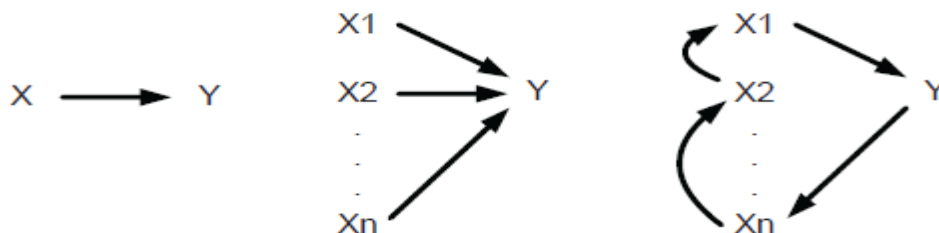
FONTE: MALDONADO (2014)

A Equação 1 é uma equação integral genérica utilizada para representar as relações num modelo de DS. Na atualidade, a resolução numérica dos sistemas de equações diferenciais da DS é feita por meio da interface de softwares comerciais especializados, como o *iThink*® da *Isee Systems*<sup>4</sup> e o *Vensim*® da *Ventana Systems*<sup>5</sup>. O processo de modelagem se inicia com a identificação das relações não lineares existentes entre os elementos do sistema. Nesse sentido, apresenta-se a seguir a teoria por trás dos laços de realimentação ou *feedback loops*.

## 7.1 LAÇOS DE REALIMENTAÇÃO

Uma relação de causa-efeito existe entre duas variáveis quando uma “afeta” o comportamento da outra. Exemplos de relações de causa-efeito são apresentados na Figura 15.

**FIGURA 15: RELAÇÕES LINEARES UNIVARIADAS, MULTIVARIADAS E NÃO LINEARES**



FONTE: MALDONADO (2014)

<sup>4</sup> [www.iseesystems.com](http://www.iseesystems.com)

<sup>5</sup> [www.vensim.com](http://www.vensim.com)

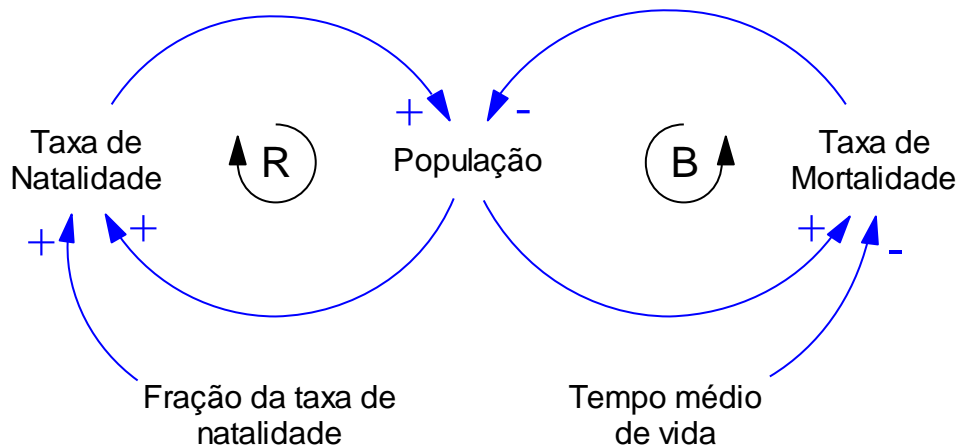
Os laços de realimentação são produzidos quando existe um ciclo fechado de relações (*loop*) entre duas ou mais variáveis, como o terceiro caso da Figura 15. Esse ciclo produz uma realimentação ou *feedback* que modifica o comportamento do sistema como um todo ao longo do tempo.

Segundo Sterman (2006), uma característica dos sistemas sociais é que eles possuem, da mesma forma que os seres vivos, laços de realimentação que autorregulam o comportamento do sistema com base em respostas ou mecanismos de reforço (positivas) e de balanço (negativas).

A falta de conhecimento dos mecanismos mais relevantes de reforço e de balanço de um determinado sistema social produz intervenções que, ao desconsiderá-los, geram as respostas não esperadas (imprevistas) do sistema, conhecidas como o comportamento contra intuitivo (STERMAN, 2000).

Os laços de realimentação são representados em diagramas conhecidos como Diagramas de Influência ou *Causal Loop Diagrams (CLD)*. Os CLDs têm como objetivo representar as relações não lineares e de causalidade entre as variáveis do sistema bem como os laços de realimentação existentes nele. A notação é exemplificada na Figura 16.

FIGURA 16: EXEMPLO DE NOTAÇÃO CLD PARA UM MODELO DE DS



FONTE: MALDONADO (2014)

A Figura 16 representa, de forma simplificada, o CLD de um sistema populacional. No exemplo, observam-se as relações entre as variáveis por meio de setas que definem a direção e a polaridade do efeito, podendo esta última ser positiva (+) ou negativa (-). A polaridade positiva significa que, havendo um incremento na causa, o efeito também sofrerá um incremento; da mesma forma, se a causa sofrer

um decréscimo, o efeito também sofrerá um decréscimo. No caso, um incremento na taxa de natalidade produziria um incremento na população.

Por outro lado, a polaridade negativa significa que, havendo um incremento na causa, o efeito sofrerá um decréscimo. Por outro lado, se houver um decréscimo na causa, o efeito sofrerá um incremento. Na Figura 16, um incremento na taxa de mortalidade produziria um decréscimo na população. Com base na polaridade das relações, os CLDs representam também a polaridade dos laços de realimentação. Assim, o laço de realimentação é de reforço positivo quando a polaridade das relações inseridas nele é predominantemente positiva (representado pela letra 'R' ou pelo símbolo '+'); e o laço é de balanço quando a polaridade das suas relações é predominantemente negativa (representado pela letra 'B' ou pelo símbolo '-').

Embora os CLDs sirvam para explicitar as relações não lineares bem como os laços de realimentação positivos e negativos existentes no sistema, eles não conseguem representar as mudanças de comportamento ao longo do tempo nem representar os efeitos da demora produzidos pelos processos de acumulação nos sistemas dinâmicos e complexos, como se discute a seguir.

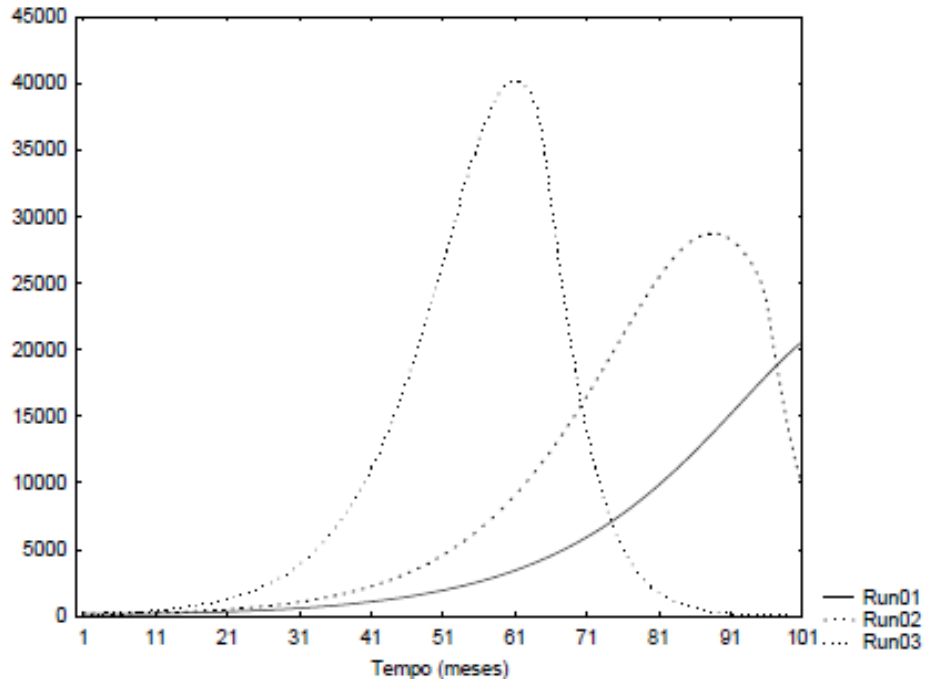
### 7.1.1 Atrasos e demoras

As demoras e os atrasos acontecem quando existe no sistema um “gargalo” que evita que a saída do processo seja a mesma que a entrada no tempo “t”, acumulando –na demora – a diferença entre a saída e a entrada. Os atrasos no tempo são especialmente prejudiciais em sistemas que contêm *feedback loops*, já que a resposta à intervenção demora, causando instabilidade e flutuações no sistema (STERMAN, 2006).

Um exemplo simples dessa situação é a oscilação entre acúmulo e falta de estoques de matérias-primas ou produtos intermediários num processo produtivo em que as iniciativas de reposição partem sempre da situação atual, em vez de considerar as médias de demanda e produção no tempo e os tempos de reposição. Nessa situação, ordena-se a reposição quando o estoque está baixo e não se ordena reposição quando o estoque não está baixo). A Figura 17 apresenta as respostas dos

*feedback loops* a diferentes valores de atraso, representados por três simulações distintas.

FIGURA 17: COMPORTAMENTO DO SISTEMA COM BASE EM DIFERENTES VALORES DE ATRASOS



FONTE: MALDONADO

### 7.1.2 Estoques e fluxos de sistemas dinâmicos

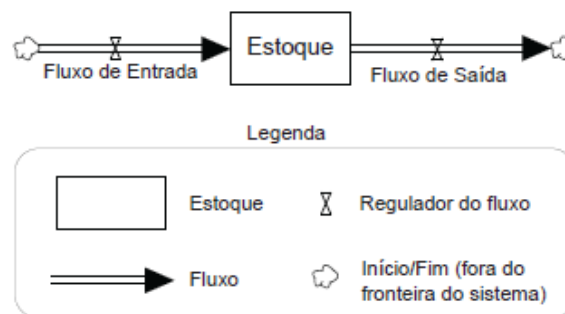
Os estoques determinam o estado do sistema em qualquer tempo “t” e, por meio do fenômeno da acumulação, sua propriedade principal, fornecem inércia e memória ao sistema (STERMAN, 2000). Os estoques representam variáveis de estado, ou seja, variáveis que mudam de valor ao longo do tempo.

O nível do estoque é regulado com base nas interações com as outras variáveis do sistema – por meio dos laços de realimentação – e por meio das velocidades de entrada e saída, representadas pelos “fluxos”. Por outro lado, os atrasos no tempo se produzem dentro dos estoques, pois são eles os que acumulam a diferença de matéria ou informação entre as entradas e saídas do processo. Portanto, cada estoque representa uma equação diferencial dentro do sistema de equações, assim por

exemplo, um sistema dinâmico que contém quatro estoques, precisará da resolução de um sistema de equações de quarto ordem.

A Figura 18 apresenta a notação utilizada nos diagramas de estoques e fluxos. Os estoques são representados por retângulos, sugerindo a forma de contentores (armazenadores); já os fluxos de entrada são representados por setas apontando ao estoque; os fluxos de saída, por outro lado, são setas que saem do estoque.

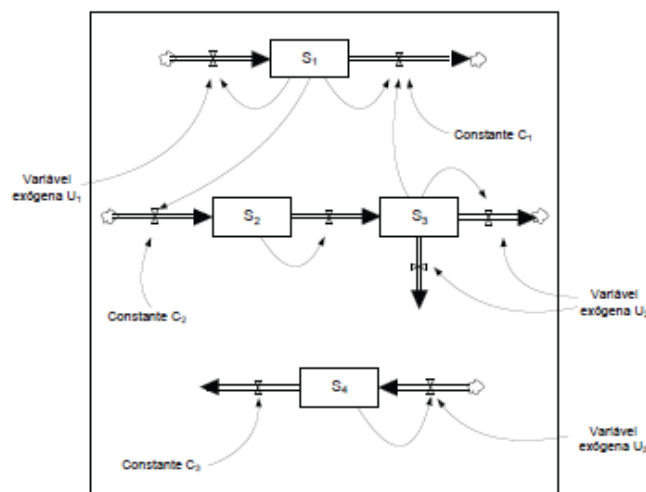
**FIGURA 18: NOTAÇÃO UTILIZADA PARA REPRESENTAR ESTOQUES E FLUXOS EM MODELOS DE DS**



FONTE: MALDONADO (2014)

Matematicamente, os estoques se relacionam com os fluxos seguindo a estrutura da Equação 1. Dessa forma, a ordem do sistema de equações diferenciais dependerá do número de estoques no sistema. Por exemplo, o sistema da Figura 19 apresenta quatro estoques, portanto representa um sistema de equações diferenciais de quarta ordem.

**FIGURA 19: EXEMPLO DE UM MODELO DE DS REPRESENTADO NA NOTAÇÃO DE ESTOQUES E FLUXOS**



FONTE: MALDONADO (2014)

### 7.1.3 limitações da dinâmica de sistemas

Essas limitações estão relacionadas, como em todas as abordagens de modelagem, com a visão de mundo ou modelo mental do modelador e dos atores do sistema (STERMAN, 2000). A visão de mundo representa o conjunto de crenças e de conhecimento que o modelador possui em relação à realidade. Autores como Sterman (2000) e Senge (1990) salientam que essa visão de mundo é necessariamente decisiva na hora de se construir um modelo que represente de forma adequada o problema que se quer enfrentar.

Sterman (2000) vai além, sugerindo que “todos os modelos estão errados”, ou seja, que todo modelo é uma abstração imperfeita, sujeita às interpretações e à visão de mundo do modelador, sendo, portanto, uma versão incompleta ou empobrecida da realidade. De fato, uma das principais metas ao se modelar um determinado sistema ou problema é conhecê-lo mais a fundo, de forma a ganhar uma percepção mais ampla sobre essa realidade.

O segundo elemento, o modelo mental, é construído a partir da visão de mundo e é a representação que o modelador tem sobre a realidade (STERMAN, 2000). Quando o modelador parte para a construção de um modelo formal, ou seja, um modelo explícito, o modelador tenta incorporar nele o modelo mental que possui. Nesse processo, além da perda natural na conversão do conhecimento tácito para o conhecimento explícito, existe também uma comparação entre o modelo mental e o modelo formal. É nessa comparação que, dependendo das respostas que o modelo formal sugerir, o modelador irá melhorar também o seu modelo mental (STERMAN, 2000).

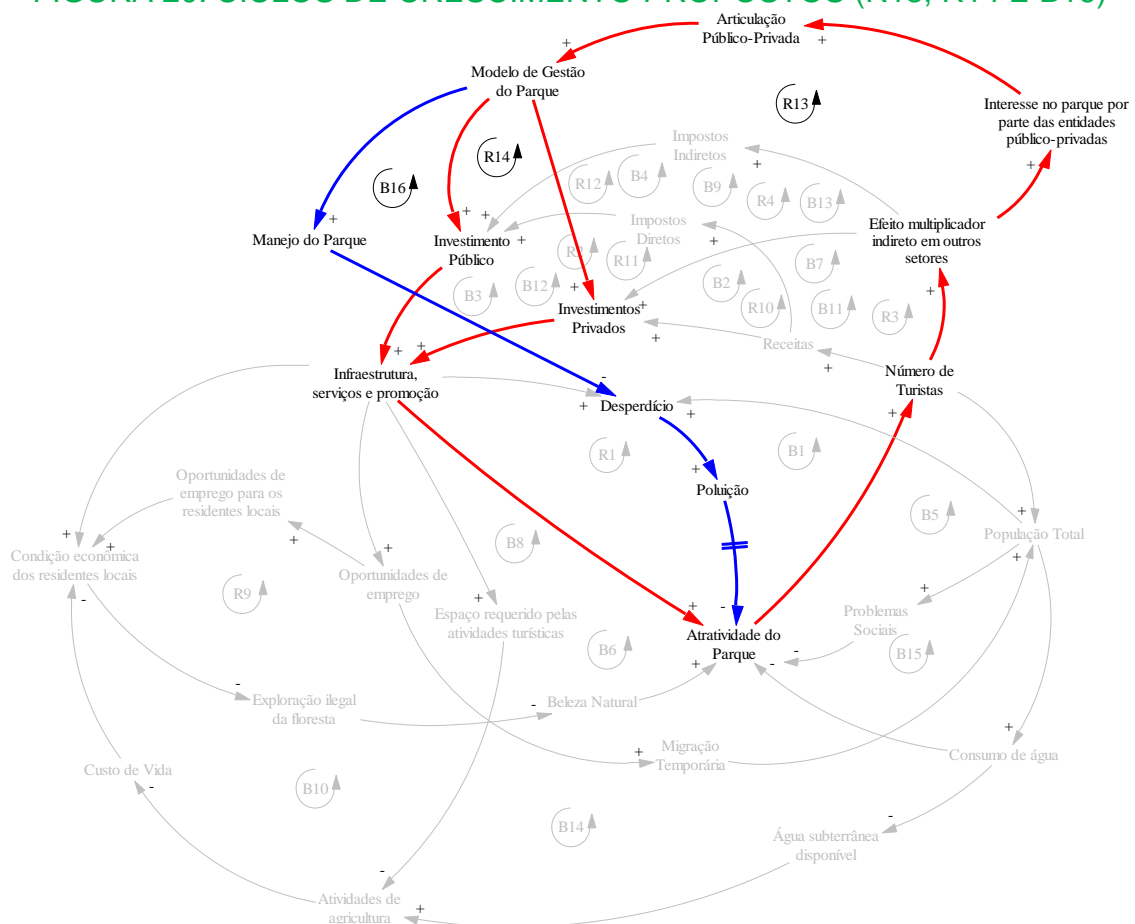
Além da influência do modelador, também influem no processo de construção do modelo formal os modelos mentais dos participantes e integrantes do sistema. Por fim, qualquer processo de modelagem e, especificamente, a modelagem de Dinâmica de Sistemas, é um processo iterativo, ou seja: à medida que se tenha mais conhecimento sobre o sistema e o problema em questão, melhor ficará o modelo formal, requerendo, para isso, várias rodadas de verificação, de discussão e de análise.



## 7.2 ACELERADORES E LIMITANTES DO TURISMO EM PARQUES TEMÁTICOS

No Documento de Referência de Parques Temáticos (produto 2), apresenta-se toda a discussão conceitual das relações existentes entre as variáveis aceleradoras e limitantes do turismo no macroambiente Parques Temáticos. Essas relações são representadas na forma de ciclos (conjunto de relações fechadas entre mais de duas variáveis). Existe uma supremacia de ciclos que limitam o crescimento das visitas no parque (representado pelo número de turistas). Com base na avaliação das principais carências, propõem-se três ciclos que visam acelerar o crescimento das visitas: dois ciclos de crescimento (R13 e R14) e um ciclo limitante (B16), que age especificamente limitando o efeito negativo do desperdício e da poluição.

**FIGURA 20: CICLOS DE CRESCIMENTO PROPOSTOS (R13, R14 E B16)**



FONTE: MALDONADO (2014)

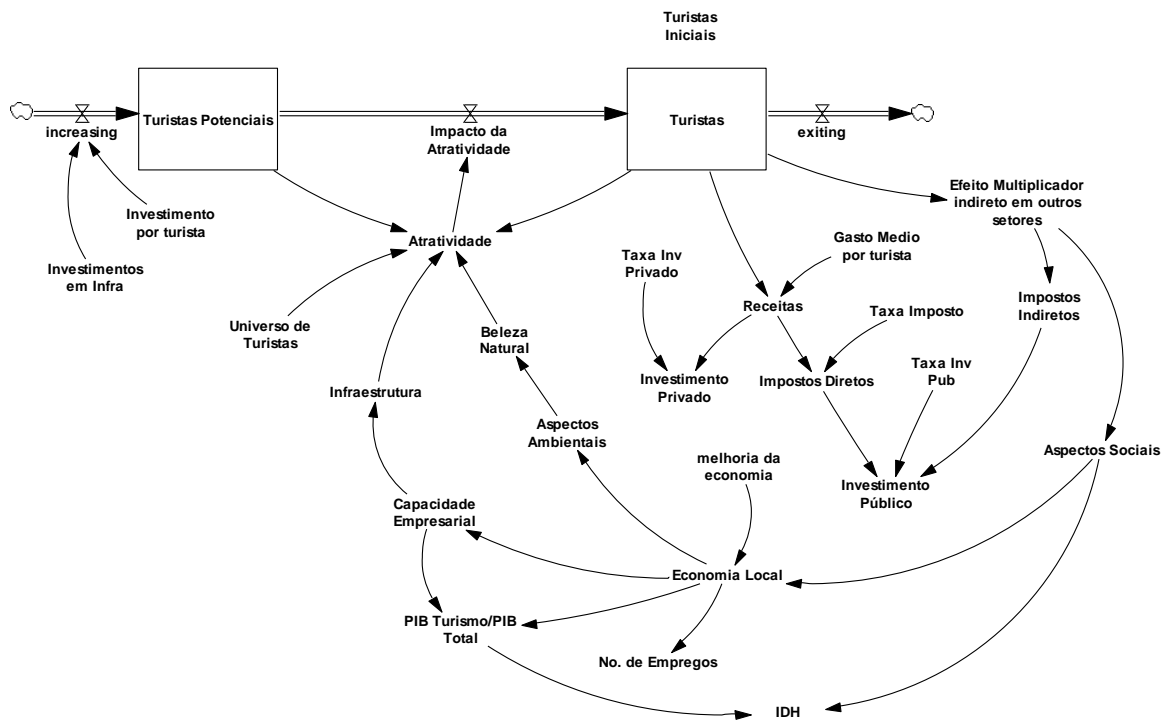
O ciclo B16 (grifado em azul na Figura 20) representa o efeito positivo da articulação público-privada na melhoria do modelo de gestão do entorno do parque,

possibilitando um melhor manejo deste e uma redução do desperdício e da poluição. As atividades de articulação consideram acordos de cooperação interministerial entre o MTur, o Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e o SINDEPAT. Por outro lado, um melhor modelo de gestão contribui para um uso mais efetivo dos investimentos em infraestrutura/serviços e promoção, como a execução e a validação de ações que viabilizem a estruturação e a logística de recepção dos visitantes, e a criação de campanhas publicitárias bem estruturadas e alinhadas com as reais necessidades do parque (ciclos R13 e R14). Adicionalmente, o modelo de gestão do parque seria alimentado por estudos realizados por MTur, EMBRATUR, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Fundação Getúlio Vargas (FGV), SINDEPAT, entre outros.

### 7.3. O TURISMO EM PARQUES TEMÁTICOS COMO SISTEMA DINÂMICO

A partir dos diagramas CLD apresentados na seção anterior, especifica-se a seguir a construção do modelo dinâmico. A Figura 21 apresenta o modelo completo, a ser detalhado na sequência. Da mesma forma que nos CLDs (modelo de aceleradores e limitantes) da seção anterior, o modelo dinâmico da Figura 21 relaciona componentes de capital humano, financeiro e de mercado. Os CLDs serviram como base para a criação do modelo dinâmico, convertendo os laços de realimentação positivos e negativos em linguagem de estoques e fluxos.

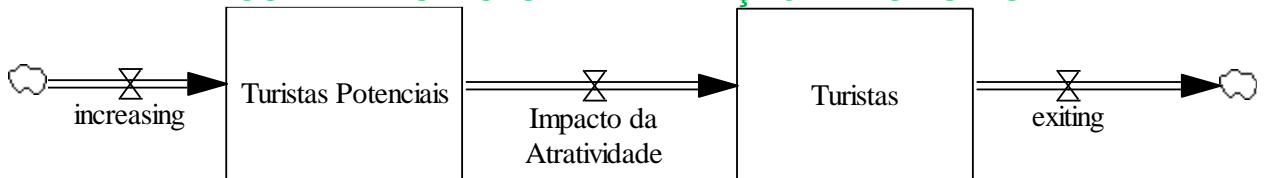
FIGURA 21: MODELO DINÂMICO COMPLETO



FONTE: MALDONADO (2014)

Na Figura 22, detalham-se as variáveis de fluxo e estoque que compõem o modelo. Apresenta-se a estrutura central do modelo que é a atração de turistas para visitação dos Parques Temáticos, caracterizado por um fluxo de entrada “Impacto da Atratividade” e um fluxo de saída “exiting”. A Estrutura demonstra como um volume de *Turistas Potenciais*   transformado em *Turistas* que realizam efetivamente visita o nos Centros Históricos.

FIGURA 22: ESTRUTURA DE ATRA O DE TURISTAS

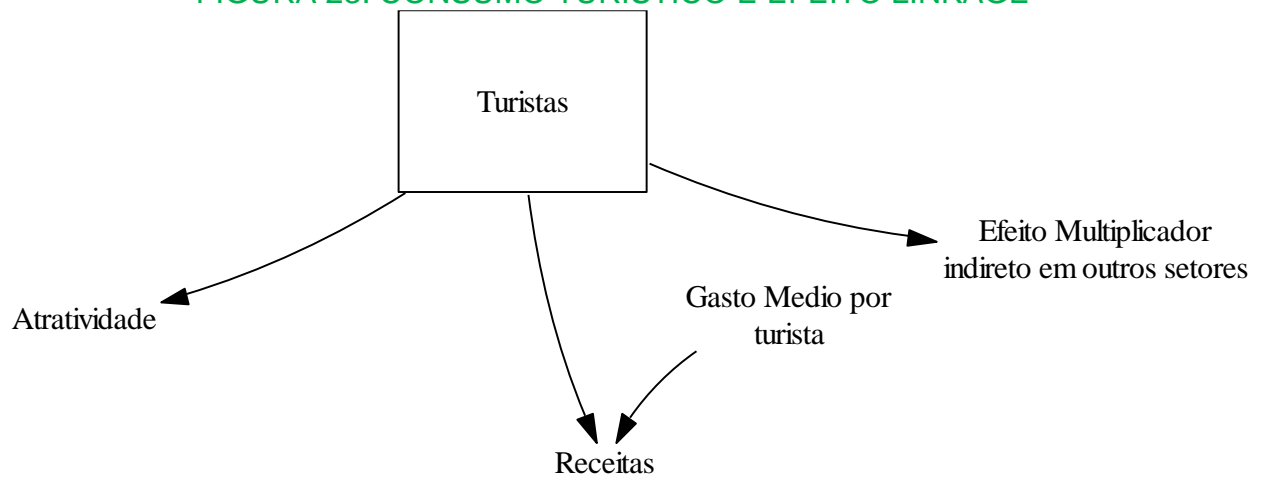


FONTE: MALDONADO (2014)

Incorporando mais variáveis   estrutura central, a Figura 23 apresenta as receitas advindas dos turistas, caracterizados como o preço final dos serviços turísticos multiplicados pela quantidade consumida destes pelos turistas, ou seja, por meio do consumo turístico (Ct). Também apresenta a força de gera o de outras atividades econ micas e de propaga o de empregos, o que   chamado de “efeito linkage”, ou seja, que a produ o turística aglomera outras atividades como alimentos,

bebidas, vestuário, móveis, construção civil, eletroeletrônicos, artesanato, *souvenirs* e outras.

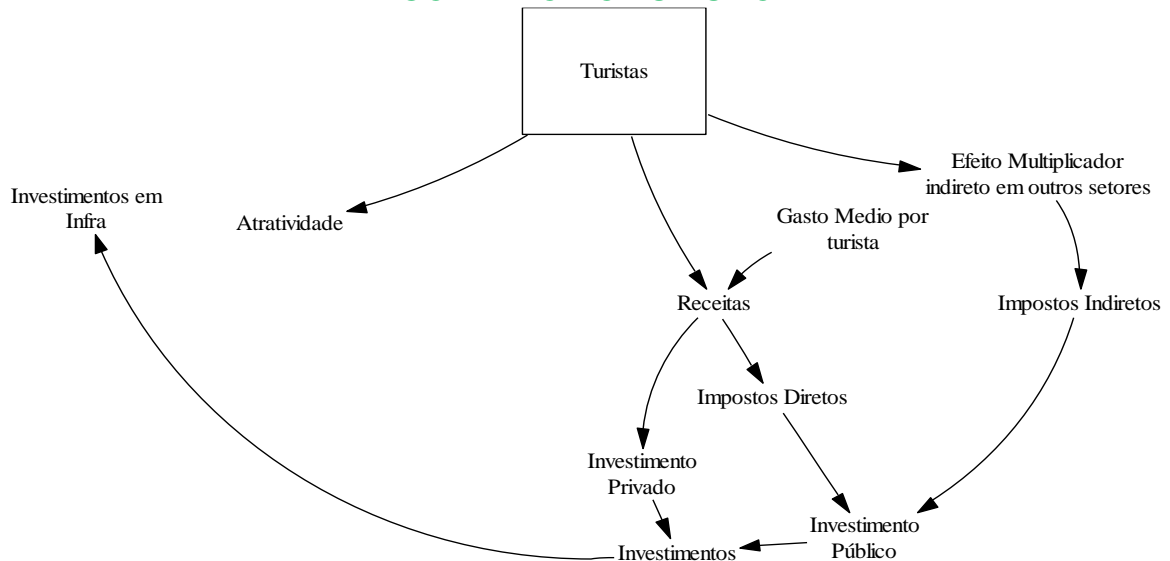
FIGURA 23: CONSUMO TURÍSTICO E EFEITO LINKAGE



FONTE: MALDONADO (2014)

Por sua vez, as receitas obtidas a partir das atividades turísticas e do efeito 'linkage' geram impostos que são direcionados para investimentos públicos e incentivam também investimentos privados. A Figura 24 apresenta as relações entre o consumo turístico ( $C_t$ ), os investimentos turísticos ( $I_t$ ) e os gastos do governo no Turismo ( $G_t$ ).

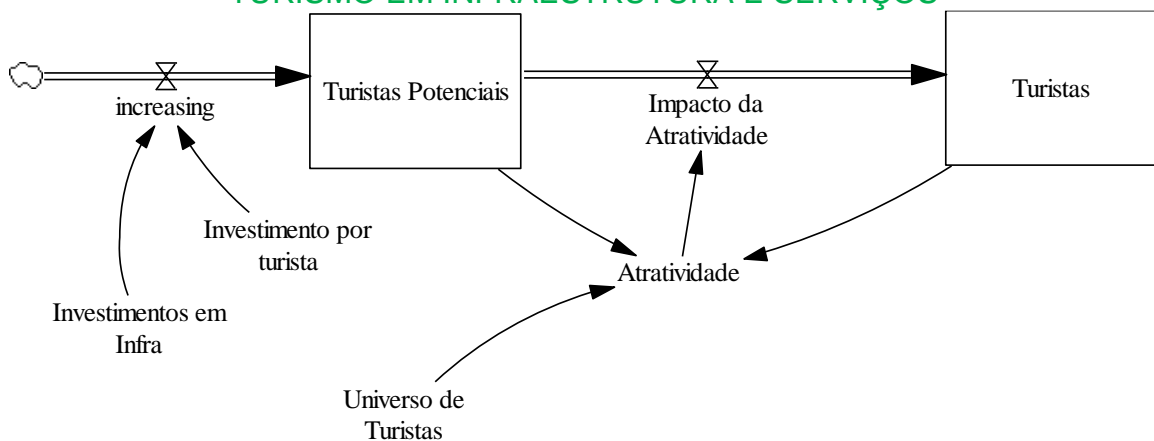
FIGURA 24: CONSUMO TURÍSTICO, INVESTIMENTO TURÍSTICO E GASTOS DO GOVERNO NO TURISMO



FONTE: MALDONADO (2014)

Por sua vez, os investimentos turísticos ( $I_t$ ) e os gastos do governo no turismo ( $G_t$ ) refletem na melhor oferta de infraestrutura e serviços para o turista, atraindo mais *Turistas Potenciais*. A Figura 25 apresenta essa relação.

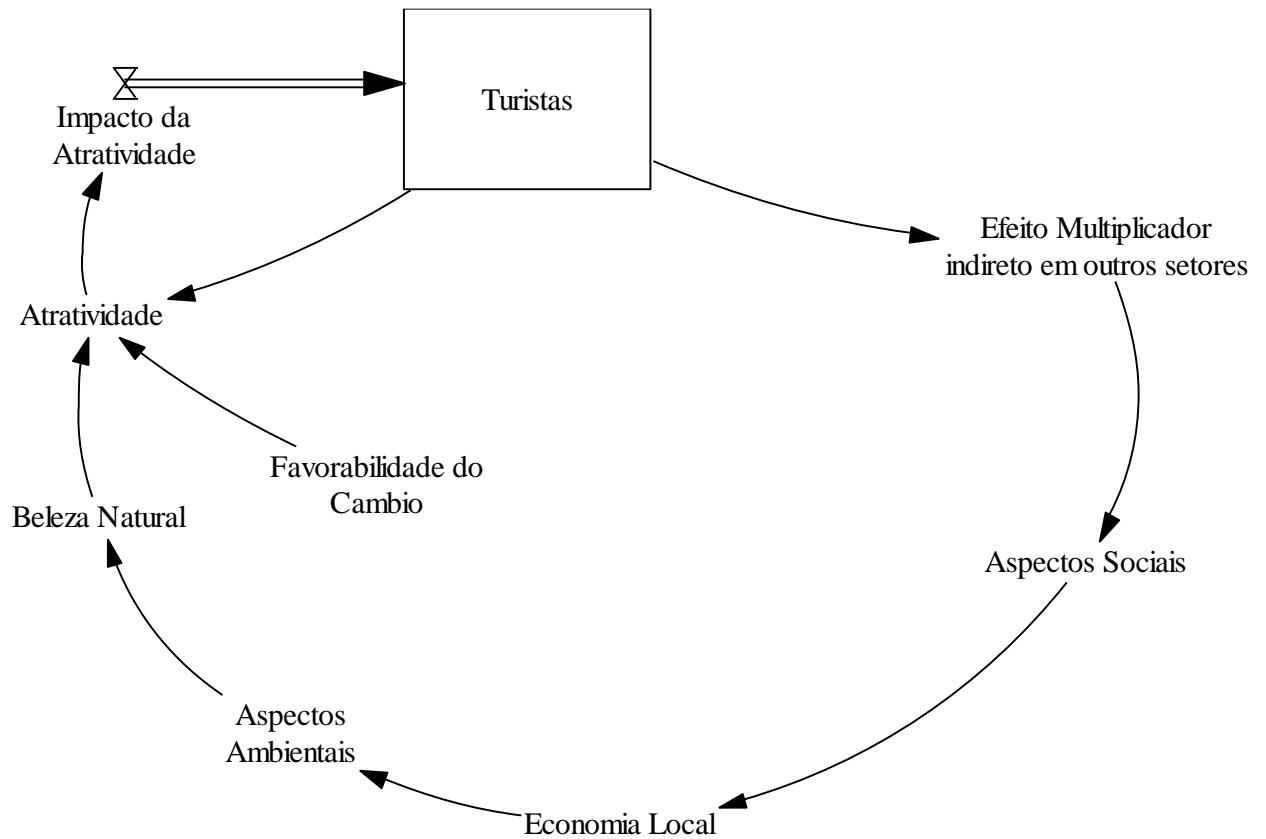
FIGURA 25: INVESTIMENTOS TURÍSTICOS E GASTOS DO GOVERNO NO TURISMO EM INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS



FONTE: MALDONADO (2014)

Como se pode observar na Figura 25, os investimentos em infraestrutura e serviços incrementam o número de *turistas potenciais*. Quanto maior o número de *turistas potenciais*, maior será a probabilidade de ter *turistas* visitando os Parques Temáticos. Por outro lado, o efeito 'linkage' melhora os aspectos sociais do entorno assim como a economia local e os aspectos ambientais, incrementando a beleza natural e, portanto, a atratividade (Figura 26).

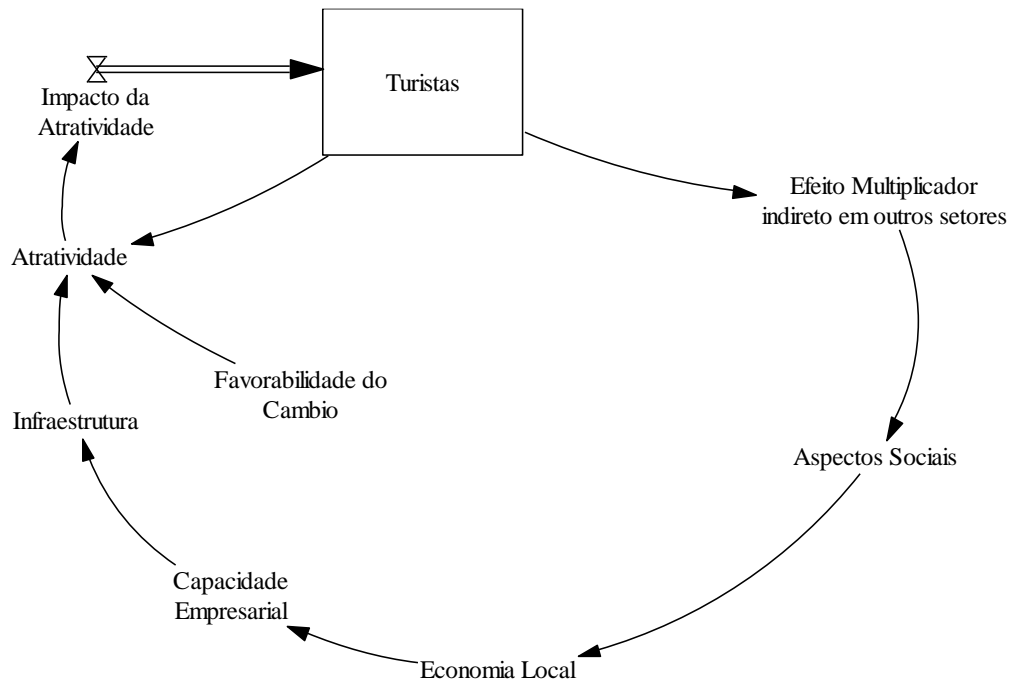
FIGURA 26: EFEITO 'LINKAGE' E A RELAÇÃO COM A BELEZA NATURAL E A ATRATIVIDADE



FONTE: MALDONADO (2014)

A Figura 26 também apresenta o impacto do câmbio na atratividade do Parque Temático. Quanto mais favorável o câmbio, maior será a probabilidade de visita. O efeito 'linkage' também incrementa a capacidade empresarial, melhora a infraestrutura e, portanto, a atratividade do Parque Temático, a Figura 27 apresenta essa relação.

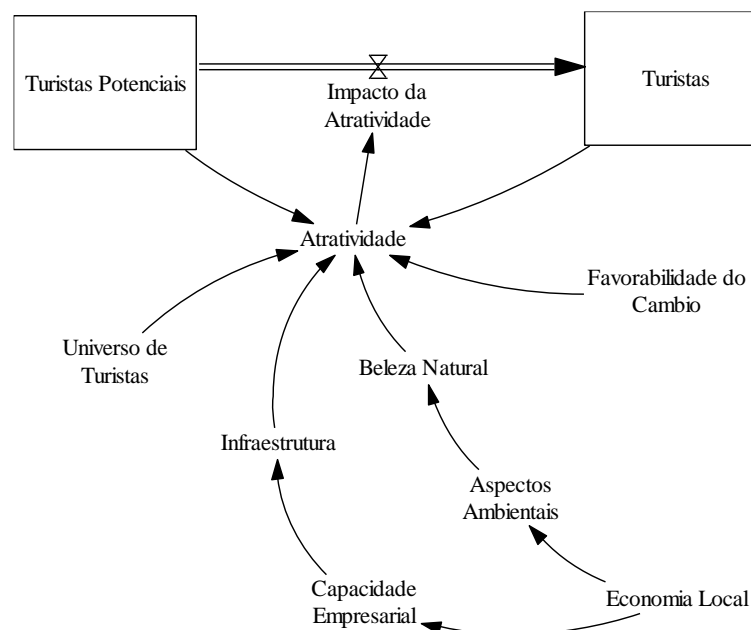
**FIGURA 27: EFEITO 'LINKAGE' E A RELAÇÃO COM INFRAESTRUTURA E A ATRATIVIDADE**



FONTE: MALDONADO (2014)

Por fim, a Figura 28 apresenta a relação entre a melhoria da economia local e a atratividade a partir do impacto na capacidade empresarial e infraestrutura por um lado e os aspectos ambientais e beleza natural por outro.

**FIGURA 28: RELAÇÃO DA ATRATIVIDADE COM O NÚMERO DE VISITAÇÕES**



FONTE: MALDONADO (2014)

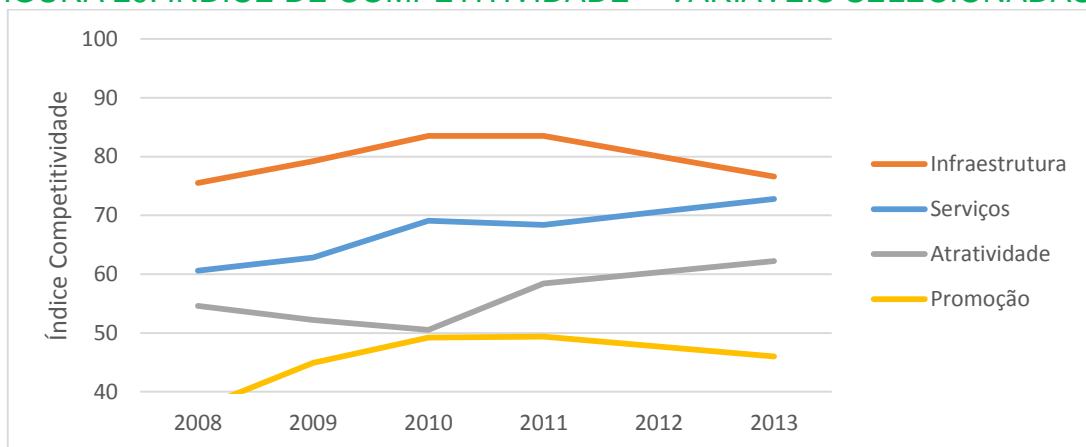
## 7.4 SIMULAÇÕES NO MODELO DINÂMICO

### 7.4.1 Antecedentes e informações coletadas

Antes de apresentar os resultados das simulações no modelo dinâmico, alguns dados relevantes serão apresentados com o objetivo de alimentá-lo. Para isto, foram coletados dados da cidade de Aquiraz. Uma fonte importante de dados para a construção da análise prospectiva foi a Pesquisa de Competitividade da Fundação Getúlio Vargas<sup>6</sup>, que tem como objetivo mensurar diversos aspectos – entre eles os econômicos, sociais e ambientais – que indicam o nível de competitividade dos destinos turísticos. Esses dados foram coletados para a cidade de Fortaleza, maior polo turístico da região próxima a Aquiraz (CE).

Especificamente, os indicadores levantados a partir dessa pesquisa foram: Infraestrutura, Serviços, Atratividade, Promoção, Capacidade Empresarial, Aspectos Sociais, Aspectos Ambientais e Economia Local. As figuras 29 e 30 apresentam a evolução desses indicadores no período de 2008 a 2013<sup>7</sup>.

**FIGURA 29: ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE – VARIÁVEIS SELECIONADAS 1**



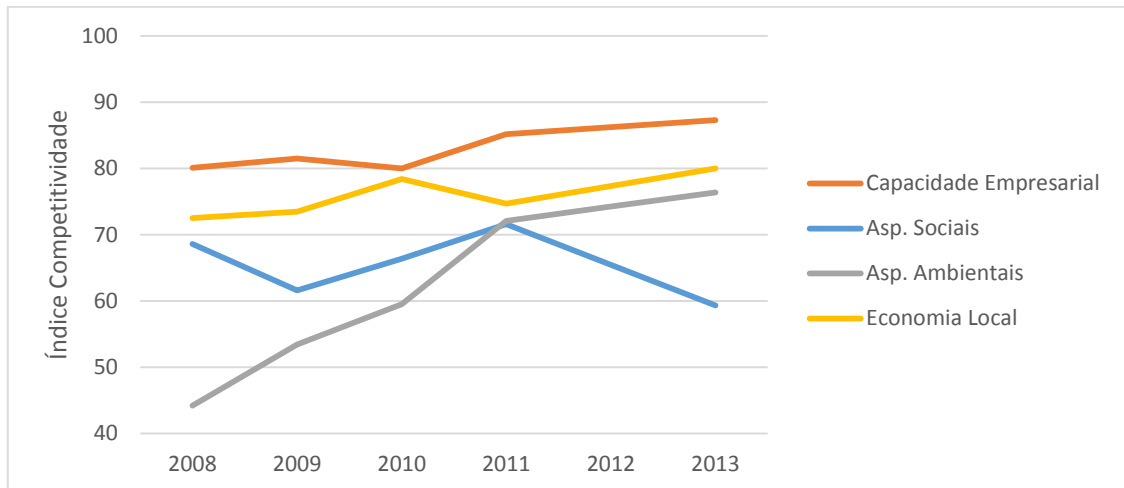
FONTE: MALDONADO (2014)

<sup>6</sup> Índice de Competitividade do Turismo Nacional – Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional.

<sup>7</sup> Observação: não houve disponibilidade dos dados de 2012 pelo fato de nesse ano não ter sido feita tal pesquisa. Para fins deste estudo, os valores de 2012 foram extrapolados a partir dos dados de 2011 e 2013.



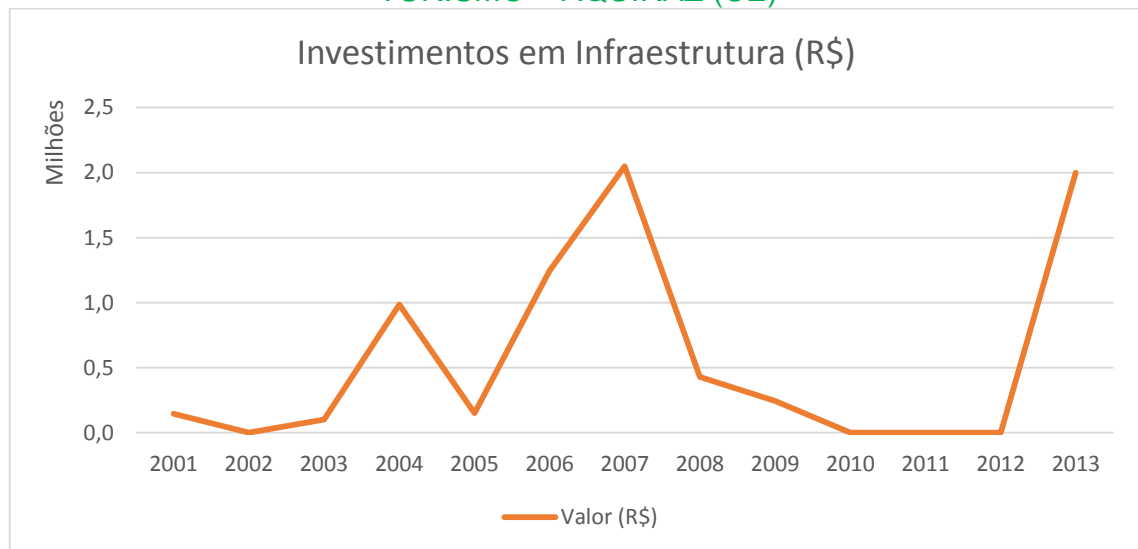
**FIGURA 30: ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE – VARIÁVEIS SELECIONADAS 2**



FONTE: MALDONADO (2014)

De acordo com as figuras 29 e 30, nenhum dos índices obteve valores iguais ou superiores a 80%, o que demonstra um posicionamento inferior ao de outros destinos estudados no mesmo relatório da FGV, exceto o índice Capacidade Empresarial, que se aproximou de 90%. Além das informações relatadas anteriormente, foram coletados também os investimentos em infraestrutura realizados pelo Ministério do Turismo no período 2001 a 2013 (Figura 31).

**FIGURA 31: INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO TURISMO – AQUIRAZ (CE)**



FONTE: MALDONADO (2014)

Como se pode observar na Figura 31, os investimentos em infraestrutura apresentam comportamento flutuante. Em termos de indicadores socioeconômicos, obteve-se a partir do IBGE o índice de desenvolvimento humano em 2010, que foi

igual a 0,641. Também se fez um levantamento do PIB *per capita*, que foi igual a R\$ 10.893 em 2011. Já o PIB Turismo, por falta de dados específicos do percentual de participação do PIB Turismo no PIB do Município, foi utilizado para fins da análise prospectiva e de simulação, a média do Brasil de 6,8%, com base no trabalho de Nodari (2007).

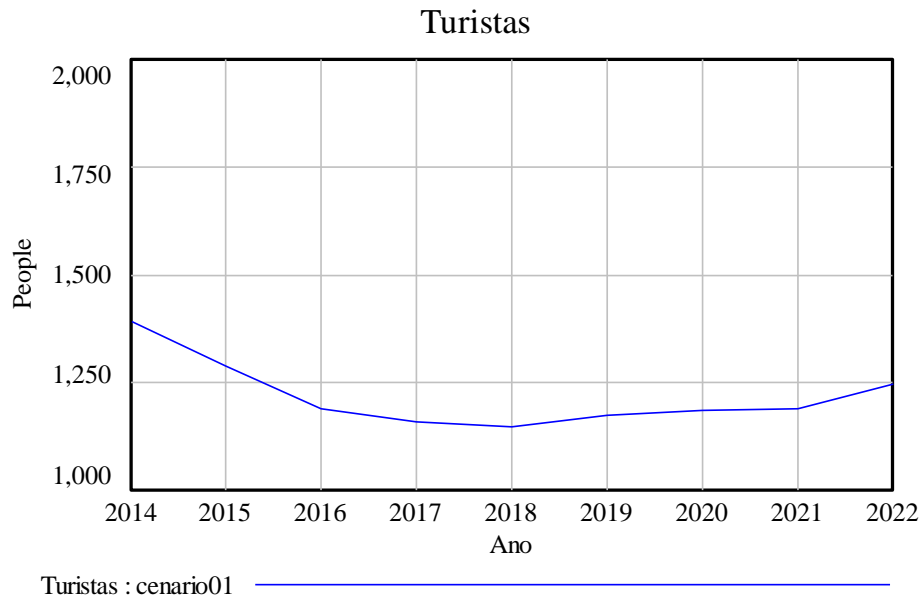
#### **7.4.2 Cenários e simulações realizadas**

Nesta seção, serão apresentados três cenários contemplando a relação entre investimentos de capital em atividades turísticas e os resultados alcançados em termos de número de visitas. Para isso, os dados apresentados na seção anterior foram levados em consideração na parametrização das variáveis no modelo dinâmico.

##### **7.4.2.1 Cenário 01: padrão**

Inicialmente se realiza uma simulação com base no cenário-padrão – isto é, sem grandes aumentos ou recortes de investimento estadual ou federal nem grandes aumentos ou recortes de investimento privado. O modelo dinâmico simula o comportamento de visitas observado na seção anterior e, a partir dessa comparação, iniciam-se algumas observações adicionais referentes ao comportamento de outras variáveis também analisadas neste mesmo cenário. A Figura 32 seguir apresenta o número de turísticas (visitas simuladas x 100) no período de 2014 a 2022.

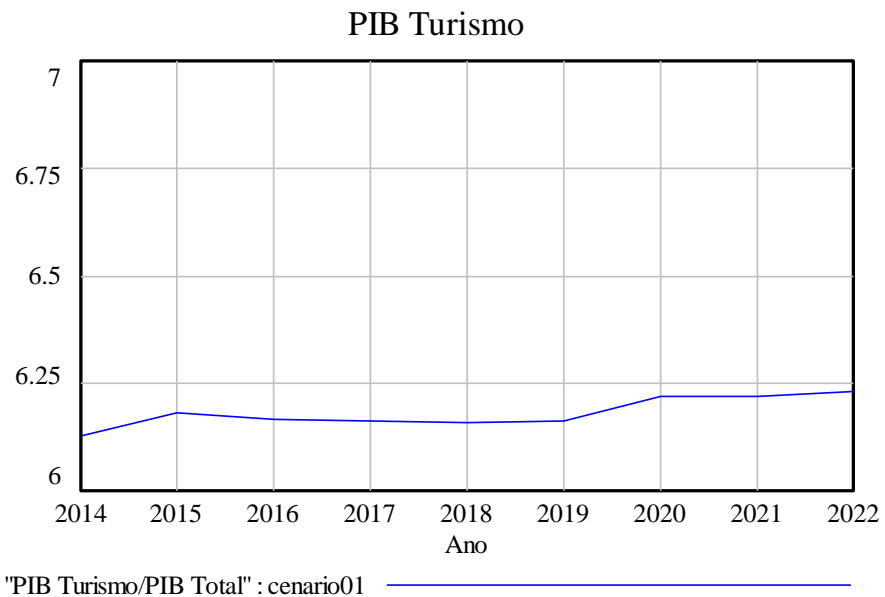
FIGURA 32: COMPARATIVO DE VISITAÇÕES REAIS E SIMULADAS



FONTE: MALDONADO (2014)

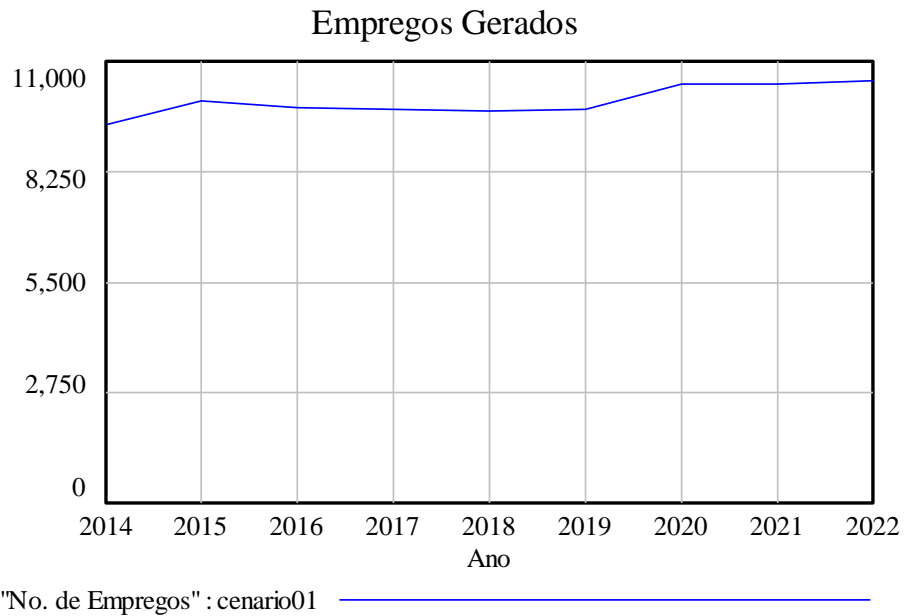
Em termos de indicadores socioeconômicos, empregos gerados e índice de desenvolvimento humano, apresenta-se a seguir nas figuras 33, 34 e 35 a participação da atividade de turismo no PIB de Aquiraz (CE).

FIGURA 33: PARTICIPAÇÃO DO PIB TURISMO NO PIB TOTAL (%)



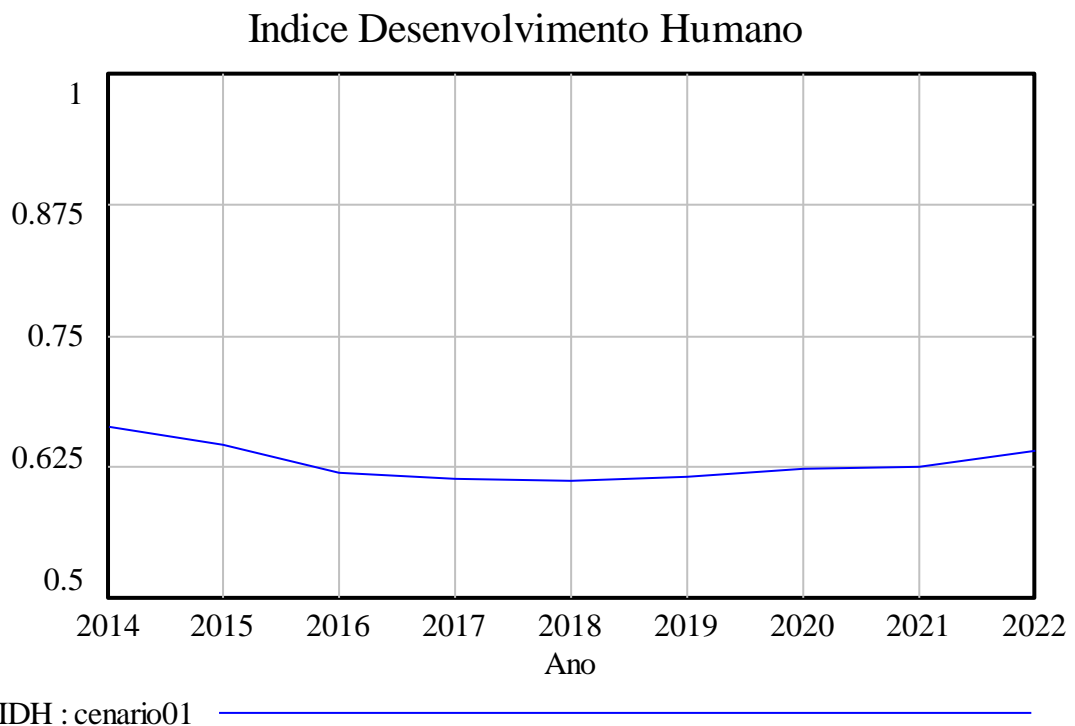
FONTE: MALDONADO (2014)

FIGURA 34: NÚMERO DE EMPREGOS GERADOS PELA ATIVIDADE TURÍSTICA



FONTE: MALDONADO (2014)

FIGURA 35: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

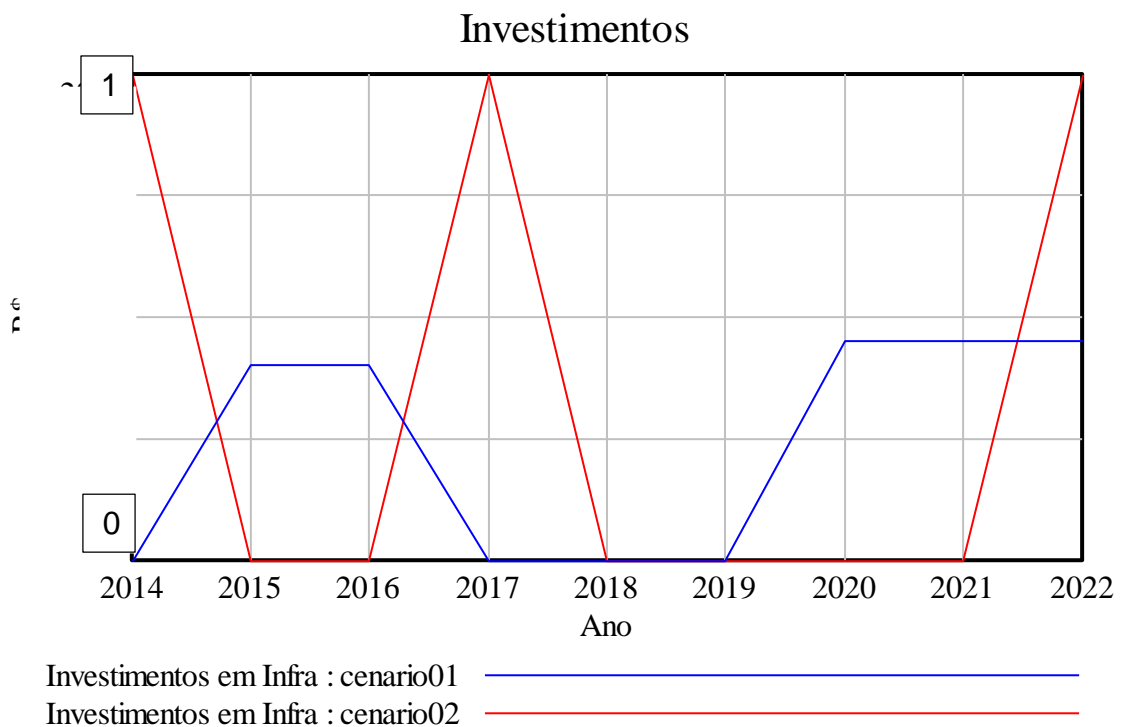


FONTE: MALDONADO (2014)

#### 7.4.1.2 Cenário 02: Incremento flutuante em investimentos

Considerando a estrutura de financiamento existente, assume-se para este cenário um incremento em investimentos (infraestrutura e serviços) seguindo também uma estrutura de investimento flutuante, ou seja, valores de investimentos diferentes para diferentes períodos. Para fins de cálculo, utilizou-se uma escala de investimentos de 0 a 1, onde “0” representa um determinado ano no período de estudo sem investimento e “1” representa o valor mais alto de investimento para um determinado ano no período de estudo, como mostra a Figura 36.

**FIGURA 36: ESCALA DE INVESTIMENTOS – CENÁRIOS 01 E 02**



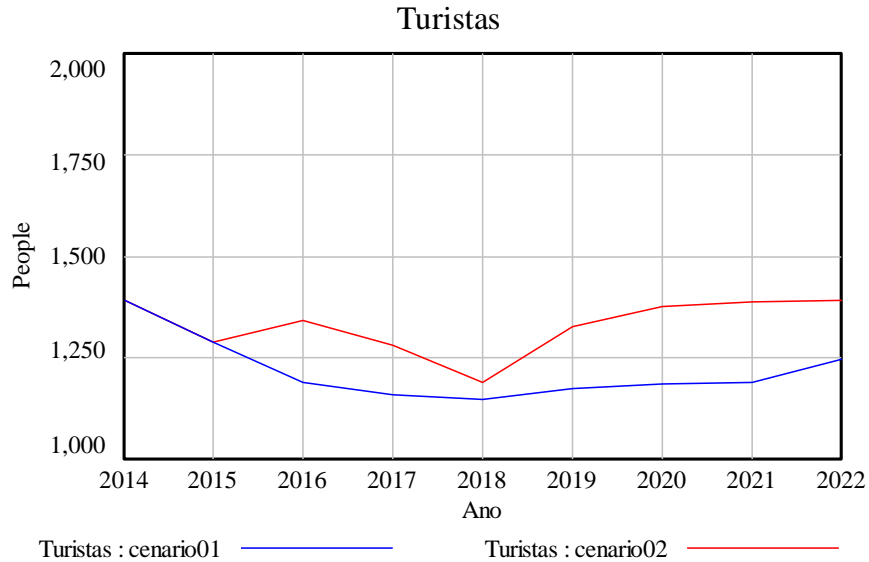
FONTE: MALDONADO (2014)

Como mostra a Figura 36, três períodos de investimento foram analisados: o primeiro para o ano de 2014 (com investimento relativo igual a 1), o segundo em 2017 (com investimento relativo igual a 1) e o terceiro em 2022 (com investimento relativo igual a 1). As figuras 37, 38, 38 e 40 apresentam o impacto desses investimentos pontuais.

Na Figura 37 percebe-se que investimentos mais contínuos, porém pontuais, são importantes mas não suficientes para manter o número de visitas.

resultados observados mostram um melhor desempenho desta política (cenário 02) a partir de 2018, quando o número de turistas se aproxima dos 25 mil.

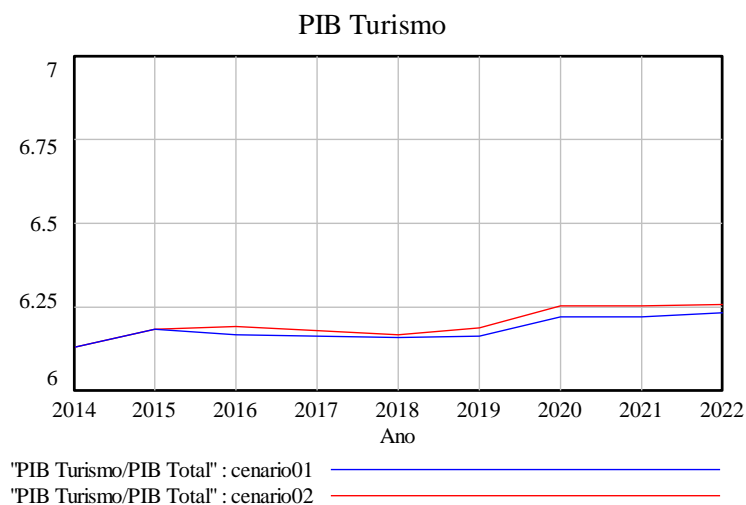
**FIGURA 37: NÚMERO DE TURISTAS (VISITAÇÕES) – CENÁRIOS 01 E 02**



FONTE: MALDONADO (2014)

Por outro lado, a Figura 38 apresenta uma diferença significativa entre ambos os cenários (01 e 02) quando analisado o impacto no PIB do setor Turismo na região (permanecendo próximo a 6,5% de participação no PIB total da cidade de Aquiraz (CE)).

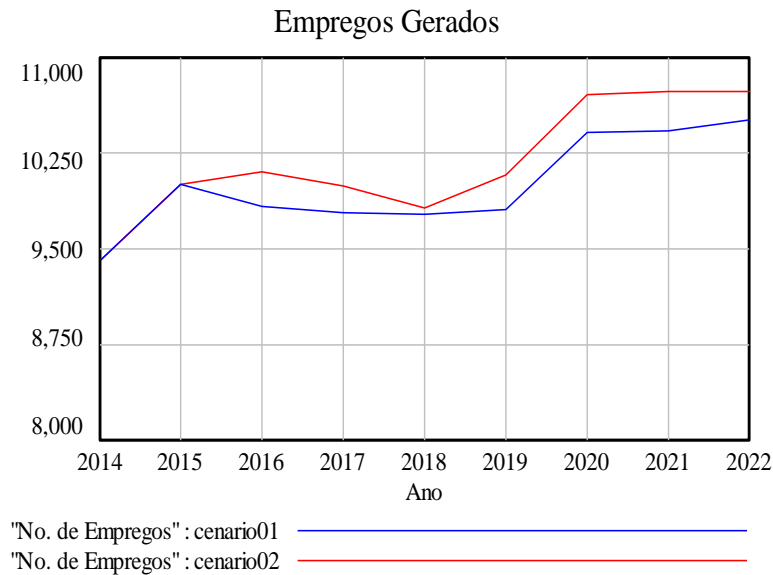
**FIGURA 38: PIB TURISMO COMO % DO PIB TOTAL DA CIDADE DE AQUIRAZ (CE)**



FONTE: MALDONADO (2014)

Em termos de empregos gerados diretos, o cenário 02 apresenta valores menores até meados de 2018, em que o número de empregos gerados no cenário 02 é superior, chegando próximo a 11 mil empregos em 2022, como mostra a Figura 39.

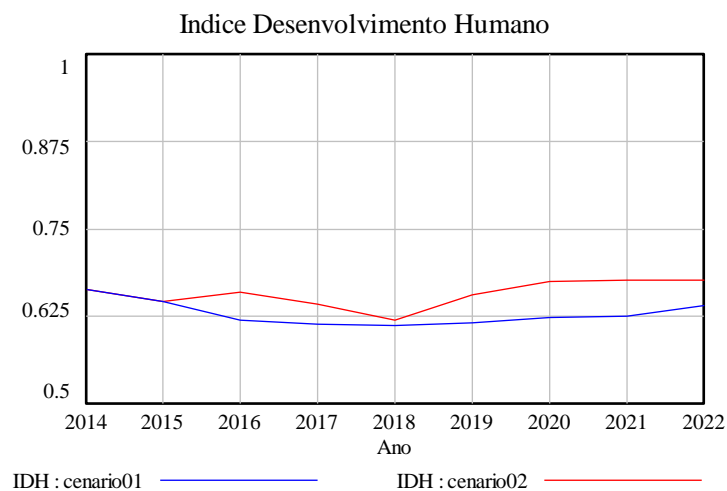
**FIGURA 39: EMPREGOS GERADOS – CENÁRIOS 01 E 02**



FONTE: MALDONADO (2014)

Por fim, no que se refere ao índice de desenvolvimento humano, a situação é muito similar ao caso anterior. Existe inicialmente uma queda do índice, e somente em 2018 ele se recupera, superando assim o resultado do cenário 01 (Figura 40).

**FIGURA 40: IDH – CENÁRIOS 01 E 02**



FONTE: MALDONADO (2014)

### 7.41.3 Cenário 03: Incremento constante em investimentos

Considerando a estrutura de investimento existente, este cenário apresenta os impactos de uma política de investimentos estável, com investimentos constantes (reduzindo a flutuação), porém com montantes menores para justificar maior periodicidade. A Figura 41 apresenta a política de investimentos sendo analisada neste cenário, na se qual utilizou uma escala relativa de investimentos de 0 a 1, onde “0” representa um determinado ano no período de estudo sem investimento e “1” representa o valor mais alto de investimento para um determinado ano no período de estudo.

Como mostra a Figura 41, o cenário 03 apresenta um investimento constante de 0,5 (relativo aos valores mínimo e máximo da escala).

**FIGURA 41: ESCALA DE INVESTIMENTOS – CENÁRIOS 01, 02 E 03**

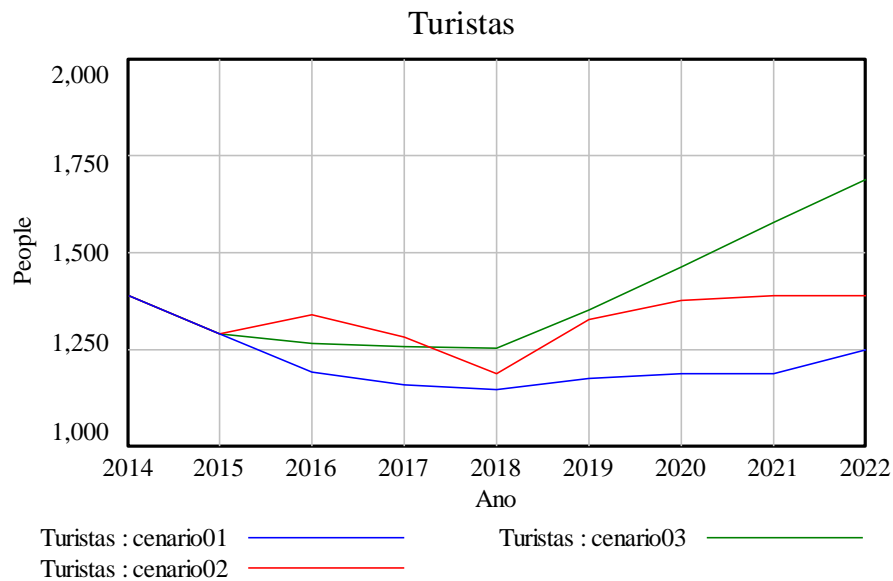


FONTE: MALDONADO (2014)

A Figura 42 apresenta o crescimento esperado de turistas na região para os três cenários. Observa-se que o resultado do cenário 03 é superior aos dois anteriores. Isso evidencia a influência positiva de investimentos constantes, sem necessariamente ser altos (como o eram no cenário 02).

**FIGURA 42: NÚMERO DE TURISTAS (VISITAÇÕES) – CENÁRIOS 01, 02 E 03**

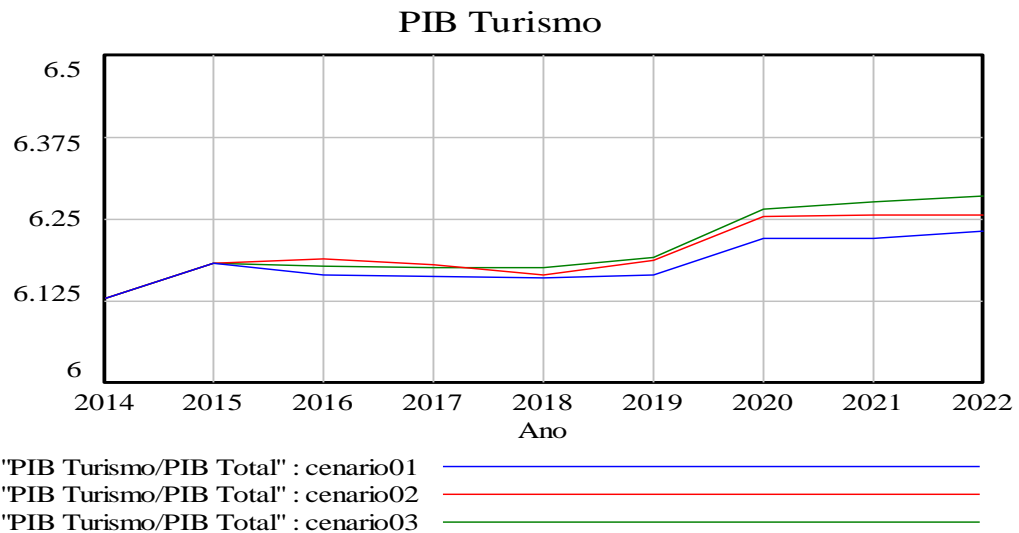




FONTE: MALDONADO (2014)

Em termos de participação no PIB do Município, o cenário 03 apresenta um incremento significativo, pois supera a razão de 6,80% de participação, o que demonstra que, embora o crescimento em número de turistas não seja muito maior do que no cenário 02, ele é muito mais sustentável ao longo do tempo (Figura 43).

**FIGURA 43: PIB TURISMO COMO % DO PIB TOTAL DA CIDADE DE AQUIRAZ (CE)**

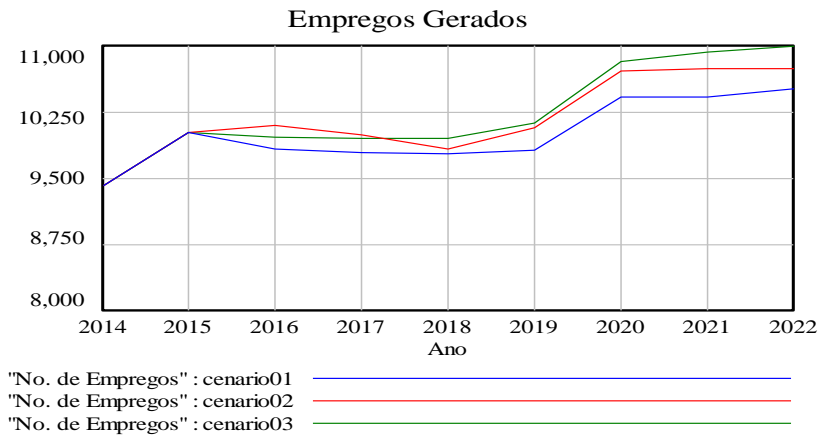


FONTE: MALDONADO (2014)

Em termos de empregos gerados, a Figura 44 apresenta os resultados dos três cenários. Nesse caso, também fica muito mais evidente a participação de políticas de investimento mais estáveis, pois o valor de empregos gerados aproxima-se dos 12 mil

e se mantém nesse estágio até 2022, apresentando inclusive uma tendência de crescimento maior.

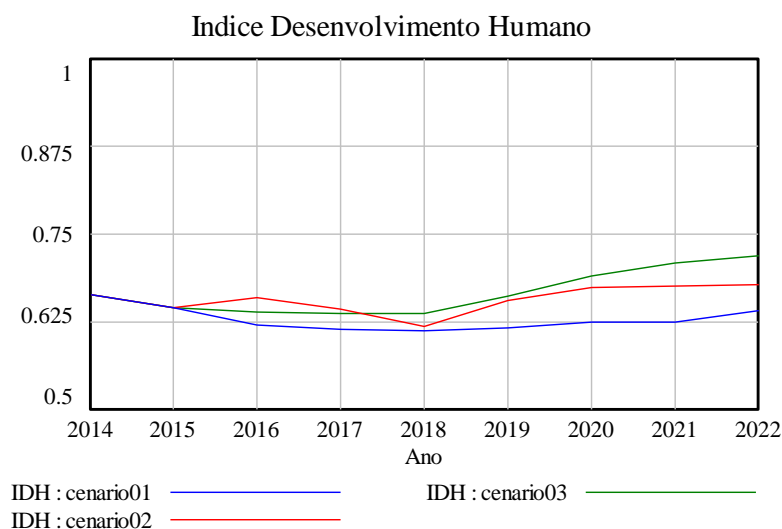
**FIGURA 44: EMPREGOS GERADOS – CENÁRIOS 01, 02 E 03**



FONTE: MALDONADO (2014)

O mesmo acontece com os resultados de IDH, o cenário 03 apresenta os melhores resultados quando comparados com os cenários anteriores, reforçando mais uma vez a necessidade de investimentos constantes e não necessariamente grandes para poder manter à infraestrutura e os serviços de destino turísticos em estudo.

**FIGURA 45: IDH – CENÁRIOS 01, 02 E 03**



FONTE: MALDONADO (2014)

Apresentou-se a avaliação de impactos econômicos e sociais para os parques temáticos do Brasil, utilizando como caso de estudo a cidade de Aquiraz (CE). Em particular, o relatório ressalta o uso de técnicas de simulação e prospecção de cenários (dinâmica de sistemas) para identificar tais impactos.

De forma sintética, os resultados evidenciam a necessidade de investimentos públicos e privados constantes como o principal mecanismo acelerador do turismo para o segmento em estudo. Salienta-se ainda que, com base nos cenários apresentados neste relatório, pode-se afirmar que tais investimentos não precisam ser necessariamente altos, desde que sejam constantes na medida do possível.

Por fim, conclui-se o relatório com a identificação da necessidade de se ampliar o estudo econômico da cadeia de valores do turismo para poder provocar efetivamente a aceleração de investimentos (públicos e privados).

## 8. PARQUES TEMÁTICOS – TUTELA JURIDICA

Os Parques Temáticos é um conceito que se baseia num tema específico, ilustrado por personagem(s), localizado(s) geralmente em áreas extensas que permitam uma ampla abordagem do tema escolhido, instalação de brinquedos de alta tecnologia e de uma boa infraestrutura para atividades complementares. Os parques temáticos equivalem-se a modelos mutantes que servem como laboratórios civilizacionais que têm sua arquitetura limitada à simbologia e à estética, possível apenas como uma experiência isolada e bem definida.

O paradoxo é que paralelamente à complexidade cultural programática e à instabilidade da civilização contemporânea, os parques temáticos oferecem às pessoas a oportunidade de retornar a um iconismo eclético, a uma clareza formal e, sobretudo, à narrativa da vida em sociedade, marcando o retorno a uma posição fortemente contrária aos dogmas antirepresentacionais cíclicos governados pelos modernismos atuais. Os parques públicos e jardins imperiais do passado, são considerados ancestrais dos parques temáticos por terem sido concebidos como espaços complexos de representação simbólica da cultura e da sociedade (SOJA, 1999).

Sem dúvida, os parques temáticos estão entre os precursores em explorar esta capacidade tecnológica (hiper-realidade) a partir de um tema; observa-se seu início com a Disneylândia, em 1955. Dentro de um contexto elaborado para um parque temático, existe uma teia de territórios espaciais. Eles podem ser definidos como:

- lugares para ver;
- lugares para comer;
- lugares para comprar;
- lugares para vivenciar.

No caso do Brasil há um Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas (SINDEPAT) o qual surgiu em 2003 como fruto da união dos principais Parques e Atrações Turísticas do Brasil e extrapola os limites de instituição representativa e passa a ser uma instituição de integração do setor.

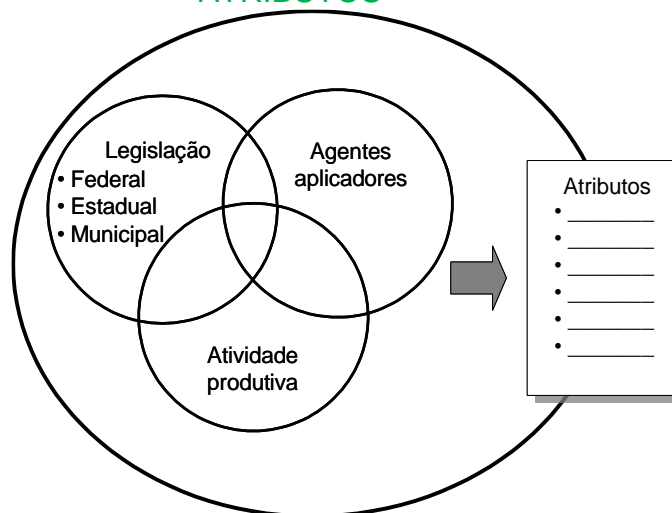
## 8.1 PARQUES TEMÁTICOS E O METODO DE IDENTIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DIRECIONAMENTO LEGISLATIVO

Todo tipo de atividade produtiva ou geradora de emprego e renda, ou mesmo espaços naturais ou artificiais de exploração turística, para se adequar aos requisitos contidos do arcabouço jurídico, deve identificar o conjunto de normas e dispositivos legais que regulamentam a atividade típica de sua área de atuação.

Optou-se em utilizar uma metodologia própria, inspirada em Dall'Agnol (2006), conforme explicação a seguir. Para a metodologia é considerado o termo *objeto* para designar a atividade produtiva ou geradora de emprego e renda, ou mesmo espaços naturais ou artificiais de exploração turística, podendo inclusive incluir o roteiro cultural a ser desenvolvido.

Esta avaliação parte da análise das atividades executadas por cada *objeto* e da identificação de elementos do arcabouço jurídico relacionados com cada elemento do fluxo de valor a ser considerado. Para que esta identificação seja possível o *arcabouço jurídico* deve poder ser desmembrado em elementos mais tangíveis, que para fins deste trabalho são denominados *atributos jurídicos*. A figura 46 ilustra os elementos que definem o arcabouço jurídico aplicável ao objeto.

**FIGURA 46: ARCABOUÇO JURÍDICO TRADUZIDO EM UM CONJUNTO DE ATRIBUTOS**



FONTE: DALL'AGNOL (2006)

Um atributo é um elemento do arcabouço jurídico, que o *objeto* deve reconhecer como um requisito jurídico aplicável. Dependendo do tipo de atividade

produtiva (pelo *objeto*) existente pode haver atributos que se relacionam com apenas parte dos elos que compõem o fluxo de valor. Por exemplo, se uma empresa extrai a matéria prima utilizada, estará sujeita a uma série de atributos que uma concorrente que adquire tais insumos de terceiros não terá que observar.

É importante ressaltar que a metodologia aplicada para este trabalho, no estado de desenvolvimento atual, não prevê a análise da co-participação, ou seja, se os fornecedores e clientes do *objeto* em estudo também atendem aos atributos jurídico relacionados com suas atividades. Tendo identificado os atributos jurídico aos quais deverá se adequar, a atividade produtiva ou geradora de emprego e renda, ou mesmo espaços naturais ou artificiais de exploração turística; o *objeto*, como tal deve passar a incorporá-los como variáveis no processo decisório, nos níveis estratégico, tático e operacional.

Em algumas circunstâncias não basta apenas atender a legislação aplicável e sim se faz necessário à administração e a gerência deste atendimento. Todas as atividades do *objeto* são planejadas, coordenadas, dirigidas e controladas, portanto a questão jurídica também merece certo grau de estruturação. Para o reconhecimento do arcabouço jurídico a ser aplicado deverá ser considerada a teoria da hierarquia das normas jurídicas.

A teoria da hierarquia das normas jurídicas é um sistema de escalonamento das normas, que também é chamado de “Pirâmide de Kelsen” por que foi proposto por Hans Kelsen, jurista austríaco nascido ao final do século XIX. A existência da “Pirâmide” tem por fim demonstrar a validade das normas jurídicas: Sendo de acordo com a norma que lhe é superior, uma norma é válida e, portanto, tem potencial para surtir efeitos (ou seja, ser de cumprimento obrigatório, por assim dizer) na sociedade a qual pertence. A estrutura criada por Kelsen (2012) consagra a supremacia da **Norma Constitucional** e estabelece uma dependência entre as normas escalonadas, já que a norma de grau inferior sempre será válida se, e somente se, fundar-se nas normas superiores.

Observa-se na figura 47 o modelo proposto por Kelsen (2012).

FIGURA 47: PIRÂMIDE DE KELSEN



FONTE: ADAPTADO DE KELSEN (2012)

O termo **CONSTITUIÇÃO** vem do *latin* com + *stituto*, ou seja, aquilo que visa dar estrutura à organização do Estado. Por isso, a Constituição Federal de 1988 é a Lei Maior do nosso País, e estabelece as relações de natureza política entre governantes e governados, ela limita o exercício do poder e declara os direitos individuais e sociais e suas respectivas garantias.

A nossa Constituição é classificada como uma constituição editada de maneira indireta, ou seja, surgiu através de uma votação de uma Assembleia Constituinte. A Constituição Federal de 1988 trouxe muitas inovações, principalmente em relação à proteção ao Meio Ambiente, seja ele de ordem natural, cultural ou artificial. Em uma escala hierárquica, porém, no mesmo patamar das Leis Constitucionais, temos as Constituições Estaduais, que seguem a mesma forma da Constituição Federal, porém cada Unidade Federativa terá a sua Constituição deliberando sobre os pontos relevantes a cada estado, vedado apenas a ofensa a Lei Maior. Assim como cada um dos municípios mantém sua Lei Orgânica Municipal associada ao seu Plano Diretor.

Tem-se as Leis Complementares que delimitam a estrutura estatal e seus serviços, ou seja, são Leis de organização básica. Exemplos destas Leis são os Códigos que regulam a sociedade, como o Código Civil Brasileiro, que data de 2002. Pode-se também citar a Lei Geral do Turismo, Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. Já as Leis Ordinárias, que são editadas pelo Poder Legislativo da União,

Estados e Municípios, no campo de suas competências constitucionais, com a sanção do Chefe do Poder Executivo.

Como o Brasil é uma República Federativa e ante o princípio da autonomia dos Estados e Municípios, não há qualquer supremacia da Lei Ordinária Federal relativamente a Estadual e Municipal. Trata-se de ato legislativo típico. Como exemplos de Leis Federais Ordinárias têm-se a Lei do Inquilinato e a Lei das Falências. Podemos também citar as normas de caráter processual, como o Código de Processo Civil ou Penal, os quais visam estipular o modo como se se operacionalizam os procedimentos.

O próximo nível estão reservados as Medidas Provisórias e as Leis Delegadas; porém há muito divergência doutrinária quanto à hierarquia e classificação das mesmas, existindo divergência inclusive em nossas mais altas cortes de julgamento. Contudo, pode-se afirmar que tanto Medidas Provisórias quanto Leis Delegadas estão abaixo de Leis Ordinárias e Leis Complementares, na hierarquia legal. As Medidas Provisórias são atos do Presidente da República (Poder Executivo) e serão feitas em caso de relevância e urgência. As Medidas Provisórias terão força de lei e serão submetidas ao Congresso Nacional (Poder Legislativo) para que se tornem formalmente leis. As leis delegadas ao contrário das Medidas Provisórias, já nascem como leis, apesar de serem elaboradas pelo Presidente da República (Poder Executivo). É que serão feitas quando e, somente quando, o Congresso Nacional delegar ao Presidente a função legislativa.

A Lei Delegada, por ser excepcional dentro do sistema jurídico, tem como a Medida Provisória (relevância e urgência) requisitos rígidos quanto à matéria sobre a qual poderá dispor. Os assuntos estão todos relacionados artigo 68 da Constituição Federal (CF) e o elenco é taxativo, a saber:

*Art. 68. As leis delegadas serão elaboradas pelo Presidente da República, que deverá solicitar a delegação ao Congresso Nacional.*

*§ 1º - Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre:*

*1 - organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;*



*II - nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais;*

*III - planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.*

*§ 2º - A delegação ao Presidente da República terá a forma de resolução do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.*

*§ 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pelo Congresso Nacional, este a fará em votação única, vedada qualquer emenda.*

Por fim, visualiza-se as resoluções. Resolução é a forma com a qual o Congresso faz a delegação da Lei delegada em que passa parcela de poder legiferante ao Presidente da República.

Elas ocupam a base da Pirâmide de Kelsen, pois são ações muito específicas, de caráter restrito e sobre assuntos muito próprios, não possuindo a abrangência que uma lei deve ter para ser lei. Mas Resoluções possuem a “força” de uma Lei Ordinária e são emanadas de órgãos competentes segundo cada assunto deliberado, como por exemplo, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), que emite resoluções próprias resoluções sobre as questões referentes ao meio ambiente, fixando os padrões de qualidade ambiental. Este “tipo” de legislação tende a viabilizar, na maioria das vezes, a aplicabilidade e praticidade das normas as quais ela visa dar caráter de regulamentação.

Para o objeto em estudo **Parques Temáticos** identificou-se o seguinte arcabouço jurídico inicial a ser considerado de acordo com o quadro 3.

### QUADRO 3: LEGISLAÇÃO PARQUES TEMÁTICOS

OBJETO	LEGISLAÇÃO		
	FEDERAL	ESTADUAL	MUNICIPAL
ESTRUTURANTE	Constituição Federal de 1988.	Constituições Estaduais	Lei Orgânica Plano Diretor
CÓDIGO CIVIL	Lei 10.406 de 2002	Leis Estaduais Específicas	Leis Municipais Específicas
CÓDIGO TRIBUTÁRIO	Lei 5.172 de 1966		
CÓDIGO PENAL	Decreto-Lei 2.848, de 1940		
CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	Lei 8.078 de 1990		
CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO	Decreto-Lei nº 5.452 de 1943		
NORMAS PREVIDENCIÁRIAS	Lei nº 8.212 de 1991		
CADASTRO	Portaria MTur nº 130 de 2011		
POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	Lei 6.938 de 1981		
LEI DOS CRIMES AMBIENTAIS	Lei 90605 de 1998		
IBAMA	Portarias Específicas		
CONAMA	Resoluções Específicas		
NORMAS BRASILEIRAS ABNT/NBR			
CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO			
ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO			
NORMAS SANITÁRIAS			

FONTE: DALL'AGNOL (2014)

Com a desenvolver do método pelos agentes aplicadores chega-se aos seguintes atributos jurídicos (*ressalta-se que o atributo é um elemento do arcabouço jurídico em destaque*) a serem considerados no tocante aos parques temáticos de acordo com a lista de atributos a seguir:

- Constituição Jurídica;

- Tipo Jurídico da Pessoa Jurídica;
- Registro Empresarial;
- Relações Trabalhistas;
- Relações Sindicais;
- Elisão Fiscal;
- Tributação;
- Previdência Social;
- Vigilância Sanitária;
- Padrões ABNT/NBR;
- Restrições de Uso;
- Restrições de Ocupação;
- Relações de Consumo;
- Prestação de Serviço;
- Responsabilidade Civil;
- Responsabilidade Penal;
- Meio Ambiente Natural (fauna e flora);
- Meio Ambiente Artificial (obras acrescentadas);
- Ecossistemas antropogênicos;
- Obras Públicas;
- Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas;
- Bens Móveis;
- Bens Integrados;
- Patrimônio Imaterial.

A agenda estratégica para o desenvolvimento de políticas e estratégias para o desenvolvimento de Parques Temáticos e Atrativos Turísticos, aponta como objetivos específicos o fortalecimento de ações interministeriais para o desenvolvimento de uma agenda conjunta; o desenvolvimento de estudos sobre a cadeia produtiva do segmento quanto aos aspectos legais e socioeconômicos; a construção um modelo de atração de investimentos para o desenvolvimento de Parques Temáticos e Atrativos Turísticos e seu entorno e a potencialização de negócios turísticos em Parques Temáticos e Atrativos Turísticos e seu entorno.

Na seqüência a agenda estratégica apresenta três conjuntos de ações a serem implementadas em curto, médio e longo prazo. Para cada conjunto de ações será

indicado na sequência à relação da legislação aplicável e o encaminhamento de atividade legislativa, além da interface da ação com a Lei Geral de Turismo.

### 8.1.1 Curto prazo (2014): parques temáticos

Tem-se como objetivo proposto **apoiar** e promover as regiões turísticas contempladas no Catálogo Internacional de Parques Temáticos e Atrações Turísticas no Brasil desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) e o SINDEPAT. Para o alcance do objetivo foram sugeridas as seguintes etapas, a saber:

- i. Consolidar uma agenda estratégica entre Ministério do Turismo (MTur), Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério de Minas e Energia (MME), Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério da Cultura (MinC), Ministério das Cidades, Ministério da Fazenda, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), entre outros órgãos Municipais, Regionais, Estaduais e Federais, objetivando o desenvolvimento e o fortalecimento dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos no País;
- ii. Promover e apoiar ações de *benchmarking* junto a outros Parques Temáticos e Atrativos Turísticos existentes em outros países;
- iii. Estimular parceria com agência de fomento (CNPq, FINEP, FAP, outros) para desenvolvimento de inovação tecnológica;
- iv. Avaliar os impactos socioeconômicos do turismo nos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos e seu entorno;
- v. Determinar dispositivos referentes à legislação Municipal, Estadual e Federal (processo de licenciamento ambiental, questões trabalhistas, investimentos público-privados, uso das áreas de entorno, entre outros) que afetam as atividades turísticas dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos e seu entorno;
- vi. Melhorar a infraestrutura turística (sinalização), de promoção turística (informações, mapas, outros) e de acessos;

- vii. Formar e qualificar recursos humanos para atuarem direta e indiretamente na atividade dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos (PRONATEC Parques Temáticos);
- viii. Flexibilização da Lei de Trabalho específico para Parques Temáticos;
- ix. Inserir os Parques Temáticos nos materiais promocionais do MTur;
- x. Adequação do Vale Cultura para contemplar os Parques Temáticos;
- xi. Redução da alíquota de ICMS (CONFAZ) sobre importação de equipamentos para parques temáticos sem similar nacional;
- xii. Ampliar a desoneração aos Parques Temáticos (tributos, encargos, taxas de importação de tecnologia, energia elétrica) para o desenvolvimento do setor;
- xiii. Conceder linhas de incentivos e de crédito para modernização de equipamentos e inovação tecnológica via Bancos Oficiais.

Como resultados esperados busca-se criar um programa nacional de incentivo e fomento a Parques Temáticos e Atrativos Turísticos nos mercados turísticos nacionais e internacionais, e como meta Desenvolver a cultura de visitação a Parques Temáticos pela sociedade brasileira, estimulando o turismo doméstico familiar. O quadro 4 apresenta o arcabouço jurídico identificado.

#### QUADRO 4: INTERFACE DA AÇÃO COM OS ATRIBUTOS DENTRO DO ARCABOUÇO

<b>INTERFACE DA AÇÃO COM OS ATRIBUTOS DENTRO DO ARCABOUÇO JURÍDICO IDENTIFICADO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Atendimento a legislação aplicável de ordem:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Civil</li> <li>• Trabalhista</li> <li>• Tributária</li> <li>• Ambiental</li> <li>• Previdenciária</li> <li>• Consumidor</li> <li>• Penal</li> </ul> </li> </ul>
<b>ENCAMINHAMENTO DE ATIVIDADE LEGISLATIVA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criação de Lei Delegada que institua o Programa Nacional de Incentivo a Parques Temáticos e Atrativos Turísticos.</li> </ul> <p>EXEMPLOS:</p> <p>Diminuição dos prazos para expedição de licenças e alvarás.</p> <p>Simplificação dos modelos de tributação para parques temáticos.</p> <p>QUEM FARIA?</p>

<p>Iniciativa da Presidência da República.</p> <p>✓ Na seqüência, criação de Lei Municipal ou Estadual que reconheça as regiões de entorno do parque temático como fundamentais para a exploração da atividade turística, como elementos de geração de emprego e renda.</p>
<b>INTERFACE DA AÇÃO COM A LEI GERAL DE TURISMO</b>
<p>✓ Previsto no Artigo 21º , V, da lei, como integrante do grupo de prestadores de serviços turísticos reconhecidos pela lei.</p>

FONTE: DALL´AGNOL (2014)

### 8.1.2 Médio prazo (2016): parques temáticos para américa latina

Tem-se como objetivo proposto **consolidar** o Programa Nacional de Incentivos e Fomento para o fortalecimento dos Parques Temáticos nos mercados turísticos nacionais e internacionais. Para o alcance do objetivo foram sugeridas as seguintes etapas, a saber:

- i. Criação de Zonas de Processamento de Exportações de Turismo com incentivos ao seu desenvolvimento dos Parques Temáticos e demais produtos turísticos;
- ii. Flexibilizar as leis trabalhistas (contratação de estrangeiros, contratação temporária para brasileiros) e constituir banco de horas entre as empresas do mesmo setor;
- iii. Consolidar os editais de apoio à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico com as agências de fomento (CNPq, FINEP, FAP, outros);
- iv. Incentivar a construção de Parques Temáticos e Atrativos Turísticos Regionais;
- v. Melhorar a infraestrutura de acesso para os Parques Temáticos e Atrativos Turísticos;
- vi. Sistematizar a coleta de informações relativas aos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos, sua cadeia de valor e o desenvolvimento socioeconômico de seu entorno no Brasil e nos principais destinos turísticos mundiais desse setor;
- vii. Consolidar a política de formação e qualificação de recursos humanos para atuarem direta e indiretamente na atividade;

- viii. Conceber um Observatório de Parques Temáticos e Atrativos Turísticos (linhas de pesquisa de Parques Temáticos em cursos de Pós-Graduação em Turismo e áreas afins, e de disciplinas em cursos técnicos, tecnólogos e superiores em turismo e áreas afins; sistematizar e compartilhar a coleta de dados e informações, metodologias de análise e avaliação, e as melhores práticas e experiências no Brasil e nos principais destinos turísticos do mundo).

No tocante aos resultados espera-se a ampliação dos investimentos dos Parques Temáticos na inovação dos atrativos promovendo a geração de empregos diretos e indiretos (desenvolvimento do entorno dos Parques Temáticos). A meta definida é a consolidação de roteiros integrados entre Parques Temáticos e Atrativos Turísticos como produtos de promoção internacional. O quadro 5 apresenta o arcabouço jurídico identificado.

#### QUADRO 5: INTERFACE DA AÇÃO COM OS ATRIBUTOS DENTRO DO ARCABOUÇO

<b>INTERFACE DA AÇÃO COM OS ATRIBUTOS DENTRO DO ARCABOUÇO JURÍDICO IDENTIFICADO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Atendimento a legislação aplicável de ordem:               <ul style="list-style-type: none"> <li>• Civil</li> <li>• Trabalhista</li> <li>• Tributária</li> <li>• Ambiental</li> <li>• Previdenciária</li> </ul> </li> </ul>
<b>ENCAMINHAMENTO DE ATIVIDADE LEGISLATIVA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incorporação em Normativa no Âmbito do MERCOSUL, considerando os parques temáticos como elementos geradores de fluxo econômico entre os Países, incentivando o turismo deste segmento. Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos. QUEM FARIA? Governo Federal dos Países Membros- Mercosul</li> <li>✓ Flexibilização de normas trabalhistas aplicáveis. EXEMPLOS: Convenções Coletivas de Trabalho e Acordos Coletivos. QUEM FARIA? Sindicatos das Categorias.</li> <li>✓ Criação de Leis Municipais de Incentivo Fiscal Direitos. EXEMPLOS: Isenção de IPTU.</li> </ul>

<p>Simplificação dos modelos de tributação de ISS para parques temáticos.          QUEM FARIA?          Câmara de Vereadores Locais.</p>
<b>*INTERFACE DA AÇÃO COM A LEI GERAL DE TURISMO</b>
<p>✓ Previsto no Artigo 21º, V, da lei, como integrante do grupo de prestadores de serviços turísticos reconhecidos pela lei.</p>

FONTE: DALL'AGNOL (2014)

### 8.1.3 Longo prazo (2022): parques temáticos e atrativos turísticos inovadores para o mundo

Tem-se como objetivo proposto **implementar** modelo de desenvolvimento de Parques Temáticos e Atrativos Turísticos que sejam mundialmente competitivos. Para o alcance do objetivo foram sugeridas as seguintes etapas, a saber:

- i. Ampliar linhas de créditos e de financiamento para modernização dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos;
- ii. Implementar plataforma de negócios em turismo em Parques Temáticos e Atrativos Turísticos (investimentos hoteleiros, gastronomia, entretenimento, entre outras atividades);
- iii. Ampliar linhas de crédito e de financiamento para Micro Empreendedores Individuais - MEI, e Pequenas e Microempresas – PME que atuem no entorno dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos;
- iv. Agenda de promoção conjunta entre MTur, EMBRATUR, SINDEPAT e *players* nacionais e internacionais;
- v. Consolidar Observatório de Gestão do Conhecimento, Pesquisa e Formação de Recursos Humanos em Parques Temáticos e Atrativos Turísticos;
- vi. Formular um *Master Plan* de desenvolvimento da infraestrutura (geral e de serviços turísticos), modelos de gestão e de investimentos, análise dos concorrentes diretos e indiretos, análise dos produtos possíveis substitutos, e estudo do comportamento do consumidor turístico.

No tocante aos resultados espera-se a Expansão dos Parques Temáticos e Atrativos Turísticos no País. A meta definida é o posicionamento de 10 (dez) Parques



Temáticos de qualidade internacional. O quadro 6 apresenta o arcabouço jurídico identificado.

### QUADRO 6: INTERFACE DA AÇÃO COM OS ATRIBUTOS DENTRO DO ARCABOUÇO

<b>INTERFACE DA AÇÃO COM OS ATRIBUTOS DENTRO DO ARCABOUÇO JURÍDICO IDENTIFICADO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ausência de diplomas legais para a operacionalização da cobrança efetiva pelo Governo Federal da apresentação do <i>Master Plan de desenvolvimento da infraestrutura</i> (geral e de serviços turísticos), modelos de gestão e de investimentos, análise dos concorrentes diretos e indiretos, análise dos produtos possíveis substitutos, e estudo do comportamento do consumidor turístico.</li> </ul>
<b>ENCAMINHAMENTO DE ATIVIDADE LEGISLATIVA</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criação de instrumentos jurídicos aplicáveis internacionalmente, como tratados, convenções e termos de intenção pelos órgãos competentes para a cooperação técnica entre órgãos públicos gestores e os parques temáticos privados internacionais.</li> </ul> <p>EXEMPLOS:</p> <p>Resolução prevendo transferência de conhecimento e acesso aos bancos de dados e informações entre órgãos e modelos de gestão dos parques temáticos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Alteração da Lei Geral de Turismo*.</li> </ul> <p>QUEM FARIA?</p> <p>Poder Legislativo Federal.</p>
<b>*INTERFACE DA AÇÃO COM A LEI GERAL DE TURISMO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Deverá ser incluído no Artigo 5º, parágrafo único, da lei, a obrigatoriedade da revisão a a cada 4 (quatro) anos do <i>Master Plan de desenvolvimento da infraestrutura</i> (geral e de serviços turísticos), modelos de gestão e de investimentos, análise dos concorrentes diretos e indiretos, análise dos produtos possíveis substitutos, e estudo do comportamento do consumidor turístico.</li> <li>✓ Deverá ser revisto o Artigo 8º, § 2º, com a inclusão da cooperação técnica entre órgãos no Sistema Nacional de Turismo.</li> </ul>

FONTE: DALL'AGNOL (2014)

## 8.2 DIRECIONAMENTO LEGISLATIVO-LEI GERAL DO TURISMO

A Lei Geral do Turismo, Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; ela revogou a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991. Trata também dos direitos e deveres dos prestadores de serviços turísticos e estabelece, entre outras, regras para o cadastramento, classificação e fiscalização dos empreendimentos.

A Lei Geral do Turismo aponta e seu artigo 21:

*Art. 21. Consideram-se prestadores de serviços turísticos, para os fins desta Lei, as sociedades empresárias, sociedades simples, os empresários individuais e os serviços sociais autônomos que prestem serviços turísticos remunerados e que exerçam as seguintes atividades econômicas relacionadas à cadeia produtiva do turismo:*

*I - meios de hospedagem;*

*II - agências de turismo;*

*III - transportadoras turísticas;*

*IV - organizadoras de eventos;*

***V - parques temáticos; e***

*VI - acampamentos turísticos.(grifei)*

Percebe-se que Parques Temáticos são considerados como atividade de prestação de serviços turísticos, sendo que o cadastro é obrigatório para eles, e quando se tratar de Parques Temáticos Aquáticos, vistos como empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer o cadastro opcional de acordo com a lei. Para parque temático, o empreendimento deverá possuir área mínima de 60.001 m<sup>2</sup>.

A Lei Geral do Turismo define os Parques Temáticos como sendo empreendimentos ou estabelecimentos que tenham por objeto social a prestação de serviços e atividades, implantados em local fixo e de forma permanente, ambientados

tematicamente, considerados de interesse turístico pelo MTur. Ou seja, de modo conclusivo percebe-se que os empreendimentos implantados em local fixo e de forma permanente, ambientados tematicamente, considerados de interesse turístico pelo MTur, e que não possuam área mínima de 60.001 m<sup>2</sup> poderão cadastrar-se como parques temáticos aquáticos e empreendimentos dotados de equipamentos de entretenimento e lazer. Sendo que o parque aquático deve possuir área mínima de 2.000 m<sup>2</sup>.

Além de toda a legislação vigente Os Parques Temáticos deverão atender ao estabelecido nas Normas Brasileiras ABNT/NBR aplicáveis. Aponta-se conclusivamente que não há nada específico na Lei Geral do Turismo sobre o desenvolvimento turístico dos parques temáticos. Salienta-se que o Artigo 5º, V da referida lei, aponta os objetivos da Política Nacional de Turismo, aonde reside em nível estratégico, no sentido de planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico, apontado o seguinte:

*Art. 5o A Política Nacional de Turismo tem por objetivos:*

*[..]*

*VII - criar e implantar empreendimentos destinados às atividades de expressão cultural, de animação turística, entretenimento e lazer e de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos turistas nas localidades;*

Propõe-se para que a estratégia seja de fato levada ao marco tático e operacional, para que as ações propostas tanto em CURTO-MÉDIO-LONGO prazo possam ser implementadas, que o Ministério do Turismo apresente à Presidência da República a proposta de texto legal, no formato de Lei Delegada, a qual definiria incentivos ao desenvolvimento turístico dos parques temáticos, aplicando isenções tributárias e flexibilizando a aplicação de normas de natureza trabalhista.

### 8.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS TUTELA JURÍDICA

Após análise tem-se as seguintes considerações finais:

- ✓ A exploração de atividade turística por meio de parques temáticos parte basicamente da exploração de uma atividade empresarial;
- ✓ Toda atividade empresarial no Brasil é complexa tendo em vista que nossa carga tributária é uma das maiores do mundo e que os juros são disparados os mais elevados do planeta (COELHO, 2010) ;
- ✓ Manter um parque temático em funcionamento é uma atividade de alto risco empresarial tendo em vista as inúmeras interfaces jurídicas e a existência de passivos que certamente serão formados pelo rigor de normas como, por exemplo, as de natureza trabalhista. Exemplo disso é que as receitas auferidas por pessoa jurídica, decorrentes da exploração de parques temáticos, da prestação de serviços de hotelaria ou da organização de feiras e eventos, estão sujeitas ao regime de incidência cumulativa da contribuição para o PIS-Pasep e da Cofins;
- ✓ Percebe-se a ausência de legislações específicas ao incentivo de criação ou manutenção ou desenvolvimento turístico por meio de parques temáticos;
- ✓ Deve ser considerada a Lei Geral do Turismo uma vez que esta dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor;
- ✓ Deverá o estudo ser intensificando em cada unidade da federação e nos municípios de desenvolvimento do projeto para o diagnóstico de legislação estadual e municipal aplicável;
- ✓ Somente com o incentivo do governo federal e com a criação de novo marco jurídico regulatório é que as ações apresentadas a CURTO-MEDIO-LONGO prazo serão factíveis de implementação, tendo em vista que todas as ações envolvem o desenvolvimento turístico dos parques temáticos, os quais são tutelados por legislações diversas;
- ✓ A exploração comercial de um parque temático é uma atividade de alto risco, devido ao custo econômico da burocracia e da ineficiência das instituições brasileiras voltadas para este fim;

- ✓ A legislação municipal é de extrema importância, pois na maioria das vezes é ela quem define o uso e ocupação, com as determinantes quanto a forma e encaminhamento das questões de organização do espaço urbano cultural, e conseqüentemente o modo de estruturação dos parques, que ocupam espaço no âmbito municipal;
- ✓ Com o devido incentivo legal e o empenho legislativo municipal e estadual, juridicamente é possível consolidar os parques temáticos como forma de desenvolvimento do turismo no Brasil, com intensa geração de emprego e renda.

## REFERÊNCIAS

ASHTON, M.S.G. Parques Temáticos. **Revista FAMECOS**, Nº 11, 11 dezembro 1999, Porto Alegre.

BRAUM, M. **The economic impact of theme parks on regions**. NEURUS participant 1999/2000 (UCI-WU). [..], 2001. Disponível em <<http://www-sre.wu.ac.at/neurus/braun.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2014.

BROWN, J. e CHURCH, A. “**Theme parks in Europe**”, Travel and Tourism Analyst, February, 1987, pp. 35-46.

CLAVE, S.A. **The Global Theme Park Industry**, CABI, Cambridge, MA, 2007.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de Direito Comercial**. 22. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DALL'AGNOL, R., **FAJA - FERRAMENTA DE AVALIAÇÃO JURÍDICO AMBIENTAL**- Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, Brasil.

DALL'AGNOL, R., BENI, M.C., DALANHOL, Eliza Bianchine, ALMEIDA, P.R. Uma Alternativa para a Avaliação Jurídico-Ambiental de uma Organização. In: **Vinte Anos da Queda do Muro de Berlim**. 01 ed. Palhoças (SC): Editora da Unisul, 2009, v.01, p. 146-165.

DALL'AGNOL, R., BIZ, A. A.; GANDARA, J. M. G. Proposta de Aplicação da Ferramenta de Avaliação Jurídico-Ambiental (FAJA) no Planejamento Estratégico de um Destino Turístico. In: **X Encontro Nacional de Turismo, 2007**, João Pessoa PB. X Encontro Nacional de Turismo com Base Tomo II Turismo: Manifestação Cultural e Patrimônio Imaterial. João Pessoa PB: UFPB, 2007. v. II, 2007. v.II. p.883 -892

FORRESTER, J. W. Industrial dynamics: a major breakthrough for decision makers. **Harvard Business Review**, v. 26, n. 4, p. 37-66, 1958.

\_\_\_\_\_. Counterintuitive behavior of social systems. **Technology Review**, v. 73, p. 53-68, 1971.

G1. **Parques de diversão no Brasil atraem 20 milhões e geram R\$ 1 bi por ano**. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2013/10/parques-de-diversao-no-brasil-atraem-20-milhoes-e-geram-r-1-bi-por-ano.html>. Acesso em: 24 de outubro de 2013.

HENTHORN, D. “**Water park makes fun of winter sports adventures**”, 2006), available at: [http://goflorida.about.com/cs/waterparks/a/waterparks\\_bb.htm](http://goflorida.about.com/cs/waterparks/a/waterparks_bb.htm)

IAAPA **Amusement Park Industry Statistics**, International Association of Amusement Parks and Attractions, Alexandria, VA, 2009. Disponível em:

<[www.iaapa.org/pressroom/Amusement\\_Park\\_Industry\\_Statistics.asp](http://www.iaapa.org/pressroom/Amusement_Park_Industry_Statistics.asp)>. Acesso em: 10 out. 2013.

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**. 48<sup>o</sup>. Ed. São Paulo, Ladeiralivros, 2012.

MILLS, S.F. Disney and the promotions of synthetic worlds. **American Studies International**, Vol. 28, N<sup>o</sup>. 2, pp. 66-80, 1990.

MILMAN, A. The Global Theme Park Industry. **Worldwide Hospitality and Tourism Themes**, Vol. 2 N<sup>o</sup>. 3, pp. 220-237, 2010

NODARI, M. Z. R. **As contribuições do turismo para a economia de Foz do Iguaçu**. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007..

PINE II, B. J.; GILMORE, J. H. **The Experience Economy**: work is theatre and every business a stage. Boston: Harvard Business School Press, 1999.

PRICEWATERHOUSECOOPERS **Global Entertainment and Media Outlook 2007-2011 Report**, PricewaterhouseCoopers, New York, NY, 2007.

PRICEWATERHOUSECOOPERS **Global Entertainment and Media Outlook 2009-2013 Report**, PricewaterhouseCoopers, New York, NY, 2009, available at: [www.pwc.com/gx/en/press-room/2009/global-entertain-and-media-outlook-2009.jhtml](http://www.pwc.com/gx/en/press-room/2009/global-entertain-and-media-outlook-2009.jhtml) (accessed September 13, 2009).

SALOMÃO, M. **Parques Temáticos no Brasil**: entretenimento, consumo e negócios. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

SENGE, P. M. **The fifth discipline**: the art and practice of the learning organization. New York: Doubleday/Currency, 1990. 424 ISBN 0-385-26094-6.

SINDEPAT. **Sistema Integrado de Parques e Atrações Turísticas**. Disponível em: <http://www.sindepat.com.br/> Acesso em: 11 de maio de 2014.

SOJA, E. Parques Temáticos – Contextualização Existencial. Porto Alegre. **Revista FAMECOS**, n<sup>o</sup> 11, dezembro 1999.

STEIN, A. Theme parks. In: STEIN, A.; EVANS, B. B. **An introduction to the entertainment industry**. New York: Peter Lang, 2009, p. 131-151.

STERMAN, J. D. **Business dynamics**. Systems thinking and modeling for a complex world. Boston: McGraw-Hill Higher Education, 2000. 1008p.

\_\_\_\_\_. Learning from evidence in a complex world. **American Journal of Public Health**, v. 96, n. 3, p. 505-514, 2006.

THEMED ENTERTAINMENT ASSOCIATION – TEA/AECOM. **Global Attractions Attendance Report 2013**. [S.I.]: Themed Entertainment Association, 2013. Disponível em:

[http://www.aecom.com/deployedfiles/Internet/Capabilities/Economics/\\_documents/2012%20Theme%20Index%20Combined 1-1\\_online.pdf](http://www.aecom.com/deployedfiles/Internet/Capabilities/Economics/_documents/2012%20Theme%20Index%20Combined%201-1_online.pdf). Acesso em: 31 de julho de 2013.

US Bureau of Labor Statistics. **Arts, entertainment, and recreation**. 2009, Disponível em <[www.bls.gov/oco/cg/cgs031.htm](http://www.bls.gov/oco/cg/cgs031.htm)>. Acesso em: 01 out. 2013.